



# DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Fernando Santos Pereira  
Abel Lima Baptista

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 211 e 213/X, do projecto de resolução n.<sup>º</sup> 105/X e da interpelação n.<sup>º</sup> 1/X, bem como de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Foram aprovados os n.<sup>os</sup> 72 a 83 do *Diário*.

Em declaração política, o Sr. Deputado Hugo Velosa (PSD), depois de ter criticado o Governo pelo aumento de impostos e pelo agravamento do desemprego, insurgiu-se contra o facto de a Federação de Andebol de Portugal ter retirado o direito de participação na competição nacional das equipas das Regiões Autónomas.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Miguel Ginestal (PS) elogiou o Governo pelas medidas preventivas de combate à gripe das aves. Respondeu, depois, ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Abel Baptista (CDS-PP).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Fernando Rosas (BE) denunciou abusos dos direitos fundamentais praticados em Guantánamo e deu conta da apresentação de um voto de congratulação e apoio à resolução do Parlamento Europeu sobre o encerramento daquele campo prisional.

**Ordem do dia.** — Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os projectos de lei n.<sup>os</sup> 90/X — Alteração à

Lei n.<sup>º</sup> 147/99, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.<sup>º</sup> 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de protecção das crianças e jovens em perigo) (PCP), e 212/X — Adota medidas para o eficaz funcionamento das comissões de protecção de jovens e crianças em perigo (BE) e o projecto de resolução n.<sup>º</sup> 104/X — Recomenda a criação de uma base de dados sobre crianças em perigo (CDS-PP). Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Jorge Machado (PCP), Helena Pinto (BE), Sónia Fertuzinhos (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Maria José Gambôa (PS), Helena Lopes da Costa (PSD) e Francisco Madeira Lopes (Os Verdes).

Foram também discutidos conjuntamente, na generalidade, os projectos de lei n.<sup>os</sup> 86/X — Consagra a integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e a carreira dos médicos dentistas (BE) e 195/X — Inclusão dos médicos dentistas na carreira dos técnicos superiores de saúde (CDS-PP). Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Ana Drago (BE), Marisa Costa (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Carlos Miranda (PSD), Fátima Pimenta (PS), Bernardino Soares (PCP) e Francisco Madeira Lopes (Os Verdes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 5 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves  
Alberto Arons Braga de Carvalho  
Alberto Marques Antunes  
Alberto de Sousa Martins  
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes  
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho  
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto  
António Alves Marques Júnior  
António Bento da Silva Galamba  
António José Martins Seguro  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
António Ribeiro Gameiro  
Armando França Rodrigues Alves  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Carlos Alberto David dos Santos Lopes  
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira  
David Martins  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Elísio da Costa Amorim  
Fernanda Maria Pereira Asseiceira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando dos Santos Cabral  
Horácio André Antunes  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida  
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge  
Jaime José Matos da Gama  
Joana Fernanda Ferreira Lima  
Joaquim Barbosa Ferreira Couto  
Joaquim Ventura Leite  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Monteiro de Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Bravo Nico  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Cândido da Rocha Bernardo  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Lúcio Maia Ferreira  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel Luís Gomes Vaz  
Marcos Sá Rodrigues  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Maria Cidália Bastos Faustino  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis  
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Irene Marques Veloso  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo  
Maria José Guerra Gambôa Campos  
Maria Júlia Gomes Henriques Caré  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco  
Maria Odete da Conceição João  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Fátima Oliveira Pimenta  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paula Cristina Nobre de Deus  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís Pereira Leal  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rita Susana da Silva Guimarães Neves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes  
Telma Catarina Dias Madaleno  
Teresa Maria Neto Venda  
Umberto Pereira Pacheco  
Vasco Seixas Duarte Franco  
Victor Manuel Bento Baptista  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho  
António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Ribeiro Cristóvão  
Arménio dos Santos  
Carlos Alberto Garcia Poço  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Jorge Martins Pereira  
Carlos Manuel de Andrade Miranda  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Emídio Guerreiro

Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Fernando dos Santos Antunes  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José António Freire Antunes  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
José Manuel Pereira da Costa  
José Mendes Bota  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos  
José de Almeida Cesário  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Carloto Marques  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Miguel Pais Antunes  
Luís Miguel Pereira de Almeida  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa  
Maria Irene Martins Baptista Silva  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz  
Mário Patinha Antão  
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira  
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Pedro Quartin Graça Simão José  
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos  
Ricardo Jorge Olímpio Martins  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
Sérgio André da Costa Vieira  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Francisco José de Almeida Lopes  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
Maria Odete dos Santos  
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro  
António de Magalhães Pires de Lima  
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
José Helder do Amaral  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Paulo Sacadura Cabral Portas  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo  
Ana Isabel Drago Lobato  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Helena Maria Moura Pinto  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária o favor de proceder à leitura do expediente.

A Sr.<sup>a</sup> Secretária (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.<sup>os</sup> 211/X — Altera o Código Penal (PS), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão, e 213/X — Visa combater a realização de espectáculos de luta de cães, criminalizando a sua promoção ou realização (CDS-PP), que baixou, igualmente, à 1.<sup>a</sup> Comissão; projecto de resolução n.<sup>º</sup> 105/X — Recomenda a definição de uma estratégia nacional para o desenvolvimento da energia das ondas e de medidas de apoio que a sustentem (PS); e interpelação n.<sup>º</sup> 1/X — Sobre a política de negócios estrangeiros (CDS-PP).

Foram também apresentados na Mesa, nos dias 14 e 15 de Fevereiro, os seguintes requerimentos: ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Emídio Guerreiro; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Agostinho Branquinho; ao Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira; ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia; aos Ministérios da Economia e da Inovação e da Saúde, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso; aos Ministérios da Administração Interna, da Saúde, da Defesa Nacional, da Justiça, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Cultura e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, formulados pelos Srs. Deputados Duarte Pacheco e Honório Novo; ao Ministério das Finanças e da Administração Pública, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados José Raúl dos Santos e José Soeiro.

Entretanto, o Governo respondeu, no dia 15 de Fevereiro, a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Luísa Mesquita, Miguel Tiago, Alda Macedo e Jorge Seguro Sanches e José Soeiro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.<sup>os</sup> 72 a 83 do Diário, respeitantes às reuniões plenárias de 4 a 6, 11 a 13, 18 a 20 e 25 a 27 de Janeiro.

Pausa.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Vamos, agora, entrar no período destinado a declarações políticas.

Tem a palavra, para o efeito, o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me que comece esta minha declaração por uma breve nota prévia em relação a um assunto relevante e que está na ordem do dia.

Gostaria de dizer que os reparos feitos pela Comissão Europeia em relação à política orçamental do

Governo não nos surpreendem. Por isso, o PSD votou contra o Programa de Estabilidade e Crescimento e o Orçamento do Estado para 2006. Estes documentos mostram que o caminho que está a ser seguido pelo Governo é errado, conforme conclui a Comissão Europeia no seu parecer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto, apesar de o Governo sempre ter dito que a sua solução era a única, situação que sempre foi aqui criticada pelo PSD. Vem agora demonstrar-se que o PSD tinha razão nessa crítica.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo está errado, porque não diminui, de forma estrutural, a despesa pública; o Governo está errado, porque este caminho só conduz a mais impostos e a mais desemprego; o Governo está errado, porque não resolve a crise orçamental e agrava a crise económica e social.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Ao fim de um ano, o Governo é o responsável pelo maior aumento de impostos dos últimos anos e por um agravamento do desemprego que não tem paralelo na nossa história recente.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — E de nada vale alguns membros do Governo e alguns Deputados da maioria virem dizer que a retoma está aí, porque, na realidade, o que se passa, o que os portugueses sentem e o que a Comissão diz é o contrário.

*Applausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A luta pela integração desportiva nacional tem quase trinta anos: tantos quantos o processo autonómico. É uma luta em que têm estado envolvidas as duas Regiões Autónomas, e é uma luta legítima!

Longe vão os tempos, que os madeirenses e açorianos não esquecem, em que para os clubes participarem em competições nacionais tinham de suportar os seus próprios custos de deslocação e os custos dos seus adversários desportivos. Mais: no início, tinham de prestar uma caução ou garantia bancária ou financeira de participação em provas nacionais.

Esse foi o tempo da humilhação com «rosto» desportivo! Foi o tempo do centralismo total! Mas as Regiões Autónomas não desistiram de lutar pelo tratamento de igualdade entre os seus atletas e clubes e os do resto do País.

Houve uma evolução positiva em muitos aspectos, nomeadamente nos aspectos do financiamento, através da atribuição de verbas da Santa Casa da Misericórdia e dos Orçamentos do Estado e das Regiões Autónomas.

O desporto e as federações tiveram que adaptar-se a uma nova visão mais justa da organização desportiva. Só não evoluiu a mentalidade e a actuação centralista, para não dizer quase colonial, de alguns responsáveis políticos e desportivos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O princípio é este: os direitos de participação, em provas nacionais, de atletas e clubes devem ser iguais para todos, sejam do Minho, do Algarve ou das Regiões Autónomas. Ninguém pode ser discriminado, ou seja, impedido de participar, por causa do local onde nasceu ou do local onde vive. Isto, julgo ser aceite por todos!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Claro!

**O Orador:** — Infelizmente, não o é pelo actual Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e pelo Governo do Partido Socialista.

*Applausos do PSD.*

Esquece o Governo o que está legislado! Esquece, desde logo, os Estatutos Político-Administrativos das Regiões Autónomas, que estabelecem o princípio da continuidade territorial.

O mesmo princípio foi aceite pela Lei de Bases do Desporto em vigor, em alteração introduzida no man-

dato do governo anterior.

Mas este princípio resulta também do bom senso que deve presidir às relações entre o Estado e as Regiões Autónomas, do princípio da igualdade, que está plasmado na Constituição, do princípio de que ninguém pode ser prejudicado ou privado de direitos em razão do território de origem.

Neste quadro constitucional e legal, a Federação de Andebol de Portugal, no início da época desportiva, retirou o direito de participação na competição nacional das equipas das Regiões Autónomas. E cabe aqui lembrar que a equipa feminina da Região Autónoma da Madeira é campeã nacional há sete épocas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Foi a primeira vez que tal aconteceu, no Portugal do pós-25 de Abril e em trinta anos de autonomia!

A Federação de Andebol de Portugal cometeu uma grave ilegalidade, que implicaria a retirada da utilidade pública desportiva, nos termos do Regime Jurídico das Federações Desportivas. Esta situação tem merecido o repúdio das populações da Madeira e dos Açores. E tem merecido o repúdio, por unanimidade, dos Deputados dos vários partidos nas assembleias legislativas regionais.

É, portanto, uma situação inqualificável e com graves efeitos do ponto de vista desportivo e financeiro.

Foi neste quadro de indignação que o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto se deslocou à Madeira. Alguns, na altura, pensaram que o problema e esta grave ilegalidade seria resolvida.

Em reuniões e em público, o Secretário de Estado disse várias inverdades que revelam má fé em relação ao problema e às Regiões Autónomas. Disse que as federações são livres e autónomas, esquecendo que a Federação de Andebol tem utilidade pública desportiva, ou seja, recebe dinheiros públicos, e que tem tutela sobre essa Federação; disse que não era clara a ilegalidade, quando se sabe bem que o é; adiou a solução do problema, nunca se pondo do lado da lei, da justiça e dos direitos dos atletas e das equipas das Regiões Autónomas; disse que não encontrava nada para fundamentar o cancelamento ou a suspensão da utilidade pública desportiva da Federação de Andebol de Portugal.

Mas este Secretário de Estado, ao ter esta atitude, não é diferente do Governo e daquilo que este tem feito em relação à Região Autónoma da Madeira. Há um ano em funções, este Governo prepara-se para ficar, realmente, na História, como o mais hostil à Região Autónoma da Madeira.

Perante a visão hostil e ofensiva do Governo, mesmo contra os socialistas das Regiões Autónomas, os madeirenses e açorianos estão a perder a legítima esperança de que este problema se resolva. Pior: estão a perder a legítima esperança ou têm dúvidas de que não voltarão a acontecer tão graves ou piores discriminações.

O que todos os portugueses têm o direito de saber é se a utilidade pública desportiva e os apoios às federações desportivas vão ser, no futuro, condicionados à ideia de que os campeonatos nacionais têm mesmo de ser nacionais e não, como agora, no andebol, somente campeonatos continentais.

Esta não é uma questão das Regiões Autónomas, é uma questão nacional que deve preocupar a todos. Por isso a denuncio aqui, desta tribuna, convicto de que todos os Deputados desta Câmara comungam das preocupações expostas. Dirijo-me também, e mais concretamente, aos Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Madeira e nos Açores, convicto de que tudo farão para levar ao Governo a indignação pela situação com a qual o Governo tem sido conivente.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Um Governo que assim actua não pode ficar impune à decisão das populações da Madeira e dos Açores.

Ninguém acredita que este Governo resolva estes problemas. Aliás, quero lembrar que dois Deputados socialistas, da Assembleia Legislativa da Madeira, pediram a demissão do Secretário de Estado do seu próprio partido e, inclusivamente, que isto fosse resolvido pelo Primeiro-Ministro.

*Applausos do PSD.*

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprovou, por unanimidade, um voto de veemente protesto pelo, e cito, «desrespeito com que são tratadas as organizações desportivas da Região Autónoma da Madeira, solicitando uma intervenção imediata do Primeiro-Ministro de Portugal no reforço da legalidade desportiva em Portugal».

Infelizmente, os factos demonstram que o Primeiro-Ministro e este Governo não vão resolver este problema.

Com este Governo e esta maioria absoluta, só nos resta, para já — e aqui o deixo em jeito de protesto —, o direito à justa indignação.

*Applausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Maximiano Martins inscreveu-se para pedir esclarecimentos mas não lhe poderei dar a palavra, porque o Sr. Deputado Hugo Velosa já não dispõe de tempo.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

**Vozes do PSD**: — O PS dá tempo, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — O PS também não pode ceder tempo, porque fica com 40 segundos para repartir entre a pergunta e a resposta e, portanto, não dispõe de «saldo líquido».

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. **Miguel Ginestal** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O aparecimento recente da chamada «gripe das aves» na Europa, em aves de vida livre, designadamente, na Grécia, Itália, Eslovénia, Áustria, Alemanha, Hungria e França, veio confirmar a justeza das medidas preventivas, designadamente o plano de contingência e as medidas de biossegurança adoptadas para prevenir a entrada do vírus da gripe aviária nas explorações agrícolas.

A prioridade definida é, assim, o combate à doença nos efectivos animais, como meio mais eficaz de controlar a panzootia animal, procurando evitar que se transforme numa pandemia humana à escala global.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Andaram, por isso, bem a Comissão Europeia e os Estados-membros, que adoptaram, a montante e em devido tempo, as medidas de vigilância e biossegurança, de certificação sanitária, de higiene, protecção sanitária das explorações, condições de armazenagem, vigilância sanitária, registos e outros procedimentos rigorosos mas essenciais à saúde e bem-estar animal, tendo em vista prevenir e salvaguardar a saúde pública.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — A História ensinou-nos que a pior maneira de prevenir e evitar um problema com esta escala global é omitir informação à opinião pública. Lembremo-nos da crise das vacas loucas ou, mais proximamente, da crise provocada pelos nitrofuráns. O esclarecimento público é, pois, fundamental. Só assim será possível preservar a necessária confiança dos consumidores. E é bom sublinhar o papel da comunicação social na informação aos cidadãos.

Porque se trata de um problema global, é de sublinhar a cooperação de esforços desenvolvida entre várias entidades internacionais, entre as quais a Organização Mundial de Saúde, a FAO, a OIE e a Comissão Europeia. Para enfrentar um problema global é necessário ter uma estratégia e uma resposta global.

Ao nível nacional e em permanente articulação com as entidades europeias, designadamente, através do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal, os serviços de veterinária têm vindo a aplicar o plano de contingência e a acompanhar a boa aplicação das medidas de biossegurança.

A aplicação dessas medidas tem por objectivo quebrar o eventual ciclo de contágio que se pode estabelecer entre as aves migradoras provenientes da Europa Oriental e as explorações avícolas nacionais, apesar de se saber que a Península Ibérica não é zona de passagem migratória do tipo de aves já identificadas com o vírus H5N1.

O plano de vigilância português tem vindo a ser aplicado, não se tendo detectado, até ao momento, qualquer ave infectada.

De acordo com as informações prestadas pela Comissão de Acompanhamento da Gripe Aviária, todos os testes efectuados até 15 de Fevereiro, pelo Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, responderam negativamente à presença do vírus da gripe aviária.

Está em pleno funcionamento, desde 2003, uma rede nacional que envolve serviços centrais, como a Direcção-Geral de Veterinária, a Direcção-Geral da Saúde, o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, os serviços veterinários das direcções regionais de agricultura, as autoridades sanitárias distritais e concelhias, os veterinários municipais e camarários, as forças de segurança e a protecção civil, a nível distrital e concelhio. Tem ainda a colaboração dos serviços de protecção da natureza e das associações de caçadores.

As principais funções dos diferentes intervenientes dizem respeito ao plano de vigilância (rastreio das aves de vida livre, das migradoras, em particular, e colheita e análise sistemáticas de aves mortas) e à aplicação de medidas de biossegurança ao nível das explorações avícolas, dos mercados de aves, das fronteiras e das exposições e concursos de aves.

Em caso de aparecimento de qualquer foco de gripe aviária, compete também àquelas entidades a execução do plano de contingência previamente definido.

A gripe aviária, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é, antes de mais, uma virose das aves responsável por enormes prejuízos na produção, no comércio e no sector agro-industrial, capaz de se transmitir ao homem se não for

controlada de forma adequada e atempada nos animais.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso se diz que é, antes de mais, um problema de saúde animal, que se deseja evitar que se transforme num problema de saúde pública.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Claro!

O **Orador**: — É, pois, justo reconhecer o trabalho competente desenvolvido em parceria estreita pelas Direcções-Gerais de Veterinária e da Saúde.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — A gripe aviária é, sem dúvida, uma das doenças mais estudadas a nível mundial, pelo que existe um enorme manancial de conhecimentos científicos e técnicos que, quando aplicados, contribuem seguramente para parar o processo evolutivo da doença.

Muito embora tenham surgido vários surtos de gripe aviária, entre 1999 e 2006, em países tão distintos como Itália, Holanda, vários países asiáticos, Canadá, Estados Unidos e, mais recentemente, provocados pela estirpe H5N1, em vários países da Europa de Leste e Central, apenas nas regiões asiáticas se tem mostrado como uma ameaça à saúde pública mundial. Não está ainda cientificamente analisado o comportamento do vírus em sociedades com maior desenvolvimento socioeconómico e cultural, onde a sua propagação será, necessariamente, bem mais difícil.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: A avicultura industrial portuguesa, caracterizada por uma das mais elevadas taxas de confinamento na exploração dos bando registadas na Europa, reduz significativamente o risco de contaminação dos efectivos.

Como se sabe, o principal meio de contágio é o contacto com aves migratórias. É isso que é preciso evitar, daí as últimas preocupações dirigidas pelo Governo aos produtores de aves de campo, num momento em que já se regista uma diminuição do consumo de carne de aves, na ordem dos 15%.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É bom lembrar que a crise dos nitrofuranos foi apenas há 3 anos. São, por isso, legítimas as preocupações de toda a fileira do sector avícola, às quais, certamente, dependendo do evoluir da situação, a Comissão Europeia dará respostas adequadas.

O vírus é comprovadamente termolábil, isto é, facilmente destruído pelo calor, pelo que não resiste às temperaturas a que é habitual cozinharem-se as carnes e os ovos. É com base neste conhecimento científico que a Organização Mundial da Saúde recomenda que não há qualquer problema no consumo humano da carne das aves, desde que confeccionadas a 70 graus centígrados.

Importa também sublinhar que existe, em Portugal, um sistema de garantia da carne consumida, para aves, bovinos, caprinos e suínos, o qual garante que nenhuma carne chega ao mercado legal sem que cumpra o seguinte trajecto: produção — matadouro — inspecção sanitária — aprovação das carcaças — centros de distribuição e, só depois, cadeia alimentar.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Os momentos, como o actual ou o do aparecimento dos nitrofuranos, em que se verifica retracção do mercado por quebra de consumo resultante do medo de contágio, são sempre períodos em que existe uma maior atenção de todos os intervenientes, o que, obviamente, conduz a uma mais apertada vigilância quer dos produtores e comerciantes quer, principalmente, das autoridades sanitárias, traduzindo-se num menor risco para o consumidor.

Sr. Presidente, o momento é de ansiedade. O esclarecimento da opinião pública é uma tarefa em que todos nos devemos mobilizar.

Saber o que se está a fazer no terreno é fundamental. Como fundamental é trabalhar em conjunto, autoridades públicas locais, regionais e nacionais,...

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — ... em colaboração com o meio científico e as universidades, as ordens profissionais (onde destaco o excelente contributo informativo dado pela Ordem dos Médicos Veterinários, através da publicação de uma revista especial sobre a gripe aviária),...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... as organizações de agricultores, os produtores, o comércio e a agro-indústria, os consumidores e a comunicação social para podermos enfrentar com sucesso tão exigente desafio.

A Assembleia da República deve também contribuir para a boa informação devida aos portugueses, tendo em vista a salvaguarda da saúde pública.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

**O Sr. Abel Baptista (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Ginestal, a intervenção que agora aqui fez parece-me completamente inoportuna e extemporânea.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**Vozes do PS:** — Oh!...

**O Orador:** — Inoportuna, porque, felizmente, não temos ainda nenhum caso identificado de gripe das aves, mas com certeza que isso não se deve ao Governo do Partido Socialista, uma vez que não é ele que impede a chegada de uma ave contaminada a território nacional; portanto, não é graças ao Governo do PS.

Extemporânea, porque espero que o que afirma não venha ainda a «cair-lhe em cima», quando diz que está tudo controlado.

**O Sr. Mota Andrade (PS):** — Nada disso!

**O Orador:** — Perguntar-lhe-ia se há zonas de risco identificadas e se as análises são feitas em todo o território nacional ou se apenas e só nas zonas de risco. E, sendo este o caso, quais são essas zonas de risco devidamente identificadas.

Por outro lado, parece-me um pouco descabido vir aqui dizer que o Governo tem tomado todas as medidas para mitigar esta situação e que sobre ela já foi avisando os avicultores e os agricultores portugueses. Mas o Sr. Deputado esqueceu-se de referir, e, se calhar, os agricultores ficariam mais satisfeitos com isso, quando é que o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em vez de visitar uma escolhida exploração aviária, vai começar a fazer o pagamento das indemnizações compensatórias e das medidas agro-ambientais que está a dever aos agricultores. No ano passado, nem sequer pagou a totalidade do que era devido aos agricultores, sendo certo que estes fizeram contratos e investimentos na expectativa legítima de que iriam receber a parte do Estado, acreditando que este era pessoa de bem (parece que agora, com o PS, nem tanto!...) e que cumpriria com as suas obrigações.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Disso é que devia falar!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal, dispondo de 1 minutos e 50 segundos.

**O Sr. Miguel Ginestal (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Abel Baptista, começo por agradecer a pergunta que me colocou, dizendo-lhe que é bem esta a diferença entre um partido que tem responsabilidades de Governo e um partido que se limita a querer fazer oposição. Se deu bem conta do que eu disse, e pelos vistos esteve distraído, a minha intervenção foi informativa.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado, só é informado quem quer receber informação.

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Devo dizer-lhe que lamento muito o que foi dito da parte do CDS. Num tema que não pode dividir-nos,...

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Pois não!

**O Orador:** — ... num tema que é um desafio nacional, europeu, global, todos em conjunto, com a fileira, naturalmente, do sector avícola, devemos dar o nosso melhor para informar a população e para assegurar que tudo está a ser feito não só para evitar que as nossas explorações avícolas sejam atingidas pelo vírus trazido pelas aves migratória como também, e mais importante do que isso, para que estejamos preparados para o momento, que ninguém saber prever,...

**Vozes do CDS-PP:** — Ah!... Isso é diferente!

**O Orador:** — ... da chegada do vírus ao nosso país, para o momento em que, eventualmente, venha a registar-se a pandemia.

A nossa responsabilidade é a de informar, é a de juntar vontades, é a de afastar a pequena política partidária de debates tão importantes para a civilização como este.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Não foi isso o que fez!

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Rosas.

**O Sr. Fernando Rosas (BE):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Pedi a palavra para, em nome da bancada do Bloco de Esquerda, falar-vos de Guantánamo, precisamente quando passaram quatro anos sobre a transformação dessa base militar norte-americana em centro de detenção para suspeitos de terrorismo.

Até Janeiro de 2002, a base militar de Guantánamo era a expressão da sobrevivência da doutrina de Monroe, mãe de todas as doutrinas imperiais dos Estados Unidos para a América Latina, cravada, qual ameaça permanente, no território de Cuba. Já não era pouco. Mas desde essa data, reconvertida em campo de detenção dos prisioneiros das guerras de ocupação dos Estados Unidos, Guantánamo transformou-se no símbolo do novo *gulag* do pós Guerra Fria. Por lá, de há quatro anos a esta parte, terão passado 750 detidos de 35 nacionalidades, considerados pelas autoridades norte-americanas suspeitos de práticas de terrorismo, continuando presas, neste momento, cerca de 500 pessoas.

Como o *gulag*, Guantánamo convoca a incerteza do labirinto kafkiano: os Estados Unidos não consideram aplicáveis aos seus prisioneiros, para quem inventaram a nova classificação de «combatentes inimigos», nem a legislação dos Estados Unidos, alegando que estão presos fora do seu território, nem a Convenção de Genebra, por não os considerarem prisioneiros de guerra. O que significa que é a Administração que define unilateral, arbitraria e secretamente o não estatuto dos presos que têm à sua guarda: a maioria permanece detida totalmente à margem de qualquer procedimento judicial, por tempo indeterminado, podendo vir a ser julgada e até condenada à morte por tribunais militares especiais nomeados pelo governo de Washington, dos quais não cabe recurso.

Pior do que isso, o governo dos Estados Unidos auto-atribuiu-se o direito de requalificar, relativizando e banalizando, a noção de tortura, permitindo-se aplicar reiterada e prolongadamente contra os presos uma vasta gama de violências e de tratamentos desumanos, que passam pela tortura do sono, a alimentação forçada de grevistas da fome (com os presos atados e alimentados por entubamento violento, exactamente o que a PIDE fazia na prisão de Peniche, devo dizer), a simulação de afogamento, a sujeição a temperaturas e ruídos extremos, o aticar de cães, o isolamento prolongado e outros. Com a agravante de que tem impedido a fiscalização internacional da Cruz Vermelha Internacional e da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, ao proibir que os seus delegados se avistem com os detidos.

A vasta corrente de indignação pública internacional contra esta e outras práticas de abuso dos direitos fundamentais por parte das autoridades dos Estados Unidos — não nos esqueçamos que Guantánamo é o elo de uma cadeia de violência e ilegalidade, que passa pelas torturas de Abu Ghraib, pelas prisões secretas e os raptos da CIA, pela tentativa de alterar legislações «garantidoras» dos direitos fundamentais, por violências graves imputadas às tropas de ocupação no Iraque e no Afeganistão — conduziu já a declarações inusitadas de alguns dos principais dirigentes europeus, mesmo dos que sempre sustentaram a invasão do Iraque.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Jack Straw, conforme foi hoje divulgado na imprensa, fez votos para o fim do (a expressão é dele) «*gulag* americano». E a chanceler conservadora alemã, Angela Merkel, criticou abertamente o campo de concentração de Guantánamo e o seu significado de abuso aos direitos civis.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Pinto (BE):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais importante ainda, o projecto de relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU, elaborado por cinco peritos independentes para acompanhar a situação naquele centro de detenção, propõe-se concluir de forma devastadora para os argumentos de Washington: equipara à tortura as citadas

práticas de interrogatório contra os presos de Guantánamo, apela ao encerramento do campo e ao julgamento de todos os detidos em território americano, afirmando que a justificação legal apresentada por Washington para as detenções é uma distorção da lei internacional. Trata-se de uma situação, afirmou ao *Los Angeles Times* o perito da ONU Manfred Novak, que «em várias áreas viola a lei e as convenções sobre direitos humanos e tortura».

Simultaneamente, no passado dia 15 de Fevereiro, numa resolução seguramente de enorme significado, o Parlamento Europeu, com um único voto contra e uma única abstenção, apelou ao encerramento do campo de Guantánamo, insistiu em que «todos os prisioneiros deviam ser tratados de acordo com as leis humanitárias internacionais e julgados sem demora em audiência pública e justa por um tribunal competente, independente e imparcial», tendo condenado «todas as formas de tortura e maus tratos» eapelado ao cumprimento da lei internacional. O Parlamento Europeu lembrou, aliás, que o combate ao terrorismo «só pode ser conduzido com sucesso se os direitos humanos e as liberdades civis forem plenamente respeitados».

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Guantánamo tornou-se a terceira mentira da guerra de agressão do Iraque, depois da mentira das armas de destruição maciça e das armas nucleares. É a mentira de que os direitos humanos iriam ser levados e instalados pelas tropas de ocupação e os seus sequazes locais.

É bom lembrar que, ao tempo, o governo português, do PSD/PP, caucionou e reproduziu tais mentiras para apoiar a guerra e encenar esse episódio vergonhoso de subserviência que foi a Cimeira dos Açores, onde se deu o sinal para a invasão.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — E é bom lembrá-lo para sabermos se o actual Governo do Partido Socialista cauchona ou não a mentira dos direitos humanos como legitimadora da ocupação do Iraque. Precisamos saber o que pensa o actual Governo da situação de Guantánamo, que diligências se propõe, se é que se propõe, fazer neste domínio para alinhar com o que têm feito outros governos da Europa ou se, como aconteceu no caso das prisões secretas da CIA, vai continuar a refugiar-se no argumento covarde da falta de provas.

É preciso saber, perante tudo o que está à vista, se os compromissos militares e policiais actualmente assumidos pelo Governo com as forças ocupantes no Afeganistão e no Iraque, mas sobretudo no primeiro, devem ser mantidos. Ainda recentemente, o Ministro da Defesa Nacional anunciou o prolongamento, por mais um ano, da presença de um contingente de cerca de 180 militares no Afeganistão, território onde, como acaba de ser revelado pela organização dos direitos humanos Human Rights Watch, sob a ocupação das forças da NATO, desde 2002, morreram já cerca de 100 pessoas vitimadas por maus tratos nas cadeias desse país.

É preciso saber qual o sentido do sacrifício dessas tropas. É preciso saber de que lado se posicionam o Governo português e esta Assembleia quando o essencial, ou seja, os direitos humanos, é colocado como questão.

E para não ficarmos pelas palavras, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, apresentaremos de imediato à Mesa um voto para ser votado, amanhã, nesta Assembleia.

*Applausos do BE.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 15 horas e 45 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o primeiro ponto da nossa ordem do dia refere-se à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 90/X — Alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de protecção das crianças e jovens em perigo) (PCP) e 212/X — Adota medidas para o eficaz funcionamento das comissões de protecção de jovens e crianças em perigo (BE), e do projecto de resolução n.º 104/X — Recomenda a criação de uma base de dados sobre crianças em perigo (CDS-PP).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: «Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e os deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.» Assim versa o n.º 2 do artigo 3.º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Já a nossa Constituição diz que «As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições».

O Governo tem, assim, a obrigação de proporcionar às crianças e jovens em perigo as condições necessárias e adequadas para a sua protecção e integral desenvolvimento. Contudo, a realidade demonstra que existem ainda muitas insuficiências nesta área de intervenção.

Nos últimos cinco anos, o número de crianças e jovens em risco aumentou significativamente. O abandono e o insucesso escolares, os maus tratos físicos, os abusos sexuais, a fome, a negligência familiar são, entre outras, as situações mais sinalizadas. Esta realidade é o reflexo da progressiva degradação da situação social e laboral no nosso país, que transforma as crianças e os jovens em risco no elo mais fraco e mais vulnerável de uma realidade social, marcada também pelo agravamento dos factores de exclusão social e da pobreza.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — De acordo com o recentemente relatório da UNICEF (2005), Portugal apresenta, na faixa etária das crianças e jovens com menos de 18 anos, uma taxa de pobreza superior à média dos 25 países da OCDE. Com efeito, encontram-se nestas condições cerca de 320 000 crianças e jovens, o que corresponde a cerca de 15,6%, enquanto na Dinamarca e Finlândia essas percentagens não excedem, respectivamente, 2,4% e 3,4%.

As causas que levam a estes resultados são o aumento do desemprego, os baixos salários e o ciclo de pobreza e de exclusão social que atingem milhares de famílias.

Esta triste realidade reflecte-se no número de processos que as comissões de protecção de crianças e jovens em risco têm hoje em dia. Na verdade, o volume de processos praticamente triplicou nestes últimos três anos. O aumento do número de processos de 15 970, em 2002, para cerca de 45 000, em 2004, revela a dramática realidade sobre a qual urge intervir.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — A preocupante realidade e a dimensão dos problemas exigem o reforço urgente de intervenção por parte do Estado, que não pode continuar a demitir-se das suas responsabilidades na promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

Este projecto de lei é o resultado do contacto com diversas comissões de protecção de crianças e jovens em risco. Destes encontros, constatamos que, não obstante o empenho de muitos dos seus membros, estas se encontram com diversas carências e dificuldades.

De todas elas, queremos destacar a falta de técnicos a tempo inteiro, designadamente os destacados pelos Ministérios da Segurança Social e da Educação e também dos serviços públicos de saúde, que permitiriam dar cabal resposta ao crescente número de processos e situações, mas também queremos destacar a inexistência dos meios financeiros suficientes e insuficientes estruturas de apoio social às crianças e às suas famílias.

Temos consciência de que a eliminação de uma parte significativa destas situações de risco passa por uma profunda alteração nas políticas económicas e sociais que possibilitem a criação das adequadas condições de vida e de trabalho aos pais. Não há soluções que resolvam em absoluto a contradição das actuais políticas neoliberais, que desvalorizam o trabalho e os salários, que aumentam o desemprego e a precariedade e que produzem sempre mais pobres do que aqueles que as instituições podem recuperar, fruto da sua acção e intervenção.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O combate à pobreza passa por uma política que promova o emprego, a formação profissional, uma mais justa repartição do rendimento nacional, o direito à habitação e o fortalecimento dos sistemas de segurança social, saúde e ensino.

Contudo, temos também consciência de que, enquanto não tivermos uma efectiva política de esquerda que faça uma mais justa repartição da riqueza e que promova a igualdade de direitos, iremos ter cada vez mais situações de crianças e jovens em risco.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Assim sendo, é essencial que o Estado assuma as suas obrigações.

As comissões de protecção de jovens e crianças em perigo, pelo papel que desempenham, não podem continuar na situação em que se encontram.

A título de exemplo, que são bem elucidativos dos problemas sentidos na generalidade das comissões, destacamos: a Comissão de Protecção de Jovens e Crianças em Risco do Porto que tem mais de 700 pro-

cessos abertos e uma clara insuficiência de técnicos a tempo inteiro, havendo mesmo técnicos com mais de 100 processos; a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Norte ficou sem papel para trabalhar e são os técnicos que limpam as instalações daquela Comissão; em Évora, além da falta de instalações adequadas, sobressai a falta de técnicos — esta Comissão, que tinha em 2005 mais de 200 processos, não tem um único técnico a tempo inteiro e não estão representados na Comissão os representantes do Ministério da Educação e dos serviços da saúde.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Uma vergonha!

O **Orador**: — É essencial que as comissões de protecção de crianças e jovens em risco tenham mais meios financeiros para as situações de emergência. A falta de recursos financeiros, além de dificultar a intervenção das comissões, cria situações tais, como o caso de uma criança que, depois de maus tratos e tendo sido recolhida pela comissão de protecção, a comissão não tinha o dinheiro suficiente para pagar a alimentação dessa criança. Nesta situação, como em muitas outras, foi o técnico que pagou do seu próprio bolso a refeição da criança.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Uma vergonha!

O **Orador**: — São estas as condições em que trabalham a generalidade das comissões de protecção de crianças e jovens em perigo, pelo que, antes de apontar o dedo acusador aos técnicos das comissões, é importante, em primeira instância, perguntar se o Estado assumiu, ou não, as suas responsabilidades e deu os meios técnicos, humanos e financeiros suficientes para que estas comissões possam desempenhar cabalmente o seu papel.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo anunciou, no Dia Mundial da Criança, que irá contratar 128 técnicos para as comissões. Estes irão ser contratados por outras empresas que depois cedem os técnicos às comissões de protecção — é o chamado recurso ao *outsourcing*.

Além de serem claramente insuficientes face às necessidades que as comissões enfrentam, esta forma de contratação é uma nova e inaceitável forma de manter estes trabalhadores precários e levanta um conjunto de problemas quanto à autonomia e independência dos mesmos e ao seu relacionamento com a empresa.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Comunista Português está ciente de que é preciso mudar as condições em que trabalham as comissões de protecção, dotando-as dos mecanismos legais adequados e eficazes para a missão que desempenham, mas também dotando-as dos meios técnicos e humanos necessários.

Nestes termos e com este objectivo, o PCP apresentou, no passado dia 24 de Maio de 2005, um projecto de lei. Com este projecto, pretende-se que o reforço das comissões de protecção seja uma realidade e não um mero anúncio. Estas comissões, apesar de estarem contempladas na lei como último recurso, são quem garante o trabalho efectivo junto das pessoas e dependem, inaceitavelmente, de trabalho voluntário e das características pessoais de quem nelas está envolvido, numa injustificada desresponsabilização do Estado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Este projecto que apresentámos há quase um ano acolheu a concordância quer junto das comissões, quer junto das populações, quer junto de outras forças políticas, que acabaram por reproduzir algumas das nossas propostas nos seus projectos.

Assim, é necessário alterar a Lei n.º 147/99, entre outros, nos seguintes aspectos: é preciso responsabilizar as estruturas da administração central — Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, Educação e Saúde no destacamento obrigatório de técnicos a tempo inteiro; é preciso reforçar os quadros técnicos, sempre que seja excedido o rácio de um técnico por cada 50 processos; é preciso clarificar o estatuto dos membros das comissões e das suas competências, o qual deve manter a sua ligação à comunidade; é urgente definir o quadro financeiro do seu funcionamento; é preciso clarificar a competência territorial, em caso de institucionalização das crianças e dos jovens; e, por fim, é necessário alterar algumas das disposições relativas ao consentimento, nomeadamente quando este seja impossível de obter ou tenha sido retirado pelos pais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Comunista Português, aquando da apresentação do

presente projecto de lei, sabia que a situação que se vivia nas comissões de protecção era preocupante. A realidade nua e crua dos factos que entretanto ocorreram vieram, infelizmente, dar-nos razão.

Queremos, com esta nossa iniciativa, dar um contributo sério para melhorar o funcionamento das comissões de protecção de crianças e jovens em perigo e entendemos que, dada a importância que esta matéria tem, todos — absolutamente todos — são chamados a este debate para apresentar novas propostas e ideias que contribuam para este, acreditamos, justo objectivo.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989, que Portugal ratificou de imediato e que curiosamente ainda não foi ratificada pelos Estados Unidos da América, é um instrumento fundamental que deve orientar os Estados e os governos.

Partindo de princípios basilares de que a criança é titular de direitos e de que tem direito a ser criança no tempo de ser criança, deve aprofundar-se toda a intervenção no sentido da protecção de crianças e jovens.

Este tema está na agenda política, muitas vezes por maus motivos e por situações dramáticas que chegaram à morte por maus tratos.

A Lei n.º 147/99 foi um passo importante. No entanto, passados mais de 6 anos, continuamos a aguardar a regulamentação do regime de execução das medidas de promoção e de protecção de crianças e jovens em risco — um dos aspectos mais referenciados por técnicos das comissões.

A boa prática, que consiste em avaliar as leis e fazer as adaptações necessárias, deve também ser seguida neste caso.

Por isso, quero saudar o trabalho realizado pela Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades que está a levar a cabo a avaliação da lei de protecção e da lei tutelar de menores, ouvindo especialistas e técnicos que actuam no terreno.

Sem prejuízo deste trabalho meritório, o projecto do Bloco de Esquerda tem por objectivo introduzir alterações à actual lei no sentido do eficaz funcionamento das comissões de protecção de crianças e jovens.

Neste sentido, é de todo urgente clarificar o âmbito de intervenção das comissões, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de consentimento dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto. Esta necessidade de consentimento, compreensível no âmbito de uma intervenção integrada, não pode ser limitativa no caso de existirem fortes indícios de que estes são os causadores da situação de risco, devendo a lei permitir que a comissão actue dando conhecimento ao Ministério Público.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Outra questão fundamental prende-se com os meios técnicos e financeiros das comissões para o cabal exercício das suas competências.

O anúncio por parte do Governo da contratação de 128 técnicos para as comissões de protecção, e ainda não concretizado, é só uma pequena parte da solução.

Existem cerca de 261 comissões em todo o País e todas precisam de técnicos a tempo inteiro. Não é possível realizar um trabalho profundo com centenas de processos a ser seguidos por técnicos destacados a tempo parcial.

O Estado não pode empurrar as responsabilidades para as comissões, que muitas vezes actuam baseadas na boa vontade e no sacrifício dos próprios técnicos, sem criar as condições necessárias.

Por isso, propomos que cada comissão restrita deve ter um técnico destacado a tempo inteiro e que o número de técnicos a tempo inteiro deve aumentar, obrigatoriamente, quando existam mais de 50 processos por cada membro da comissão.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Um fundo de manejo que permita autonomia financeira para as diligências e a disponibilização de viaturas são aspectos quase ridículos, mas somos obrigados a constatar que não existem.

Por outro lado, é necessário articular melhor a actividade entre a comissão alargada e a comissão restrita. Na lógica de uma intervenção atempada e célere, não se justifica que o Ministério Público não tenha assento nas comissões, assim como representantes da área da saúde.

A comissão alargada é o espaço por excelência para promover a prevenção, a mudança cultural tão falada, tão necessária, mas sempre adiada. A localização das comissões por concelho, englobando todos os sectores e todos os agentes intervenientes, é um passo para garantir a transversalidade e a assunção da responsabilidade colectiva na defesa dos direitos das crianças.

Não será, seguramente, propaganda quando se diz que um dos indicadores de desenvolvimento de um país é exactamente a forma como trata das suas crianças; e também, já agora, as condições que propicia a

quem, no dia-a-dia e no terreno, tem por missão o tratamento destas situações.

A Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens deve apoiar as comissões locais, acompanhando e avaliando, mas também garantindo, a necessária supervisão dos técnicos, promovendo a aproximação com o conhecimento científico, actualizando as formas de intervenção.

A protecção de crianças e jovens é um desafio nobre e não se compadece com meias soluções, meios caminhos, meios apoios.

Esta é uma questão na qual não pode haver hesitações: ou nos empenhamos e daí tiramos as consequências ou, então, continuaremos a fazer de conta.

Nesta matéria, há duas premissas que são para levar até às últimas consequências: em matéria de protecção de menores, não se poupa dinheiro, não se poupam meios; em matéria de protecção de menores, nunca a prevenção é demais.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Aquilo que se exige é uma intervenção que previna os maus tratos, que impeça o sofrimento das crianças.

Os direitos das crianças são para aplicar, não simplesmente para defender depois de terem sido violados.

*Aplausos do BE.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Fertuzinhos (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, ouvimos a sua intervenção e gostávamos de colocar duas questões.

Em primeiro lugar, referiu e saudou o trabalho da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades. Penso que uma das perplexidades que se levanta com este debate, hoje, neste momento, é a de sabermos que está ser realizado um conjunto de audições nessa Subcomissão, que significam que a Assembleia chamou a si própria, em primeiro lugar e acima de qualquer mediatismo, o trabalho de fazer a avaliação das leis de protecção das crianças e jovens. E, se esse trabalho está a ser desenvolvido, se accordámos entre todos que vai ser apresentado um relatório final que significa um levantamento global, exaustivo, sustentado, que envolve toda gente que, no País, trabalha nesta área e com cuja experiência contamos também para a Assembleia da República poder fazer o seu próprio trabalho e apresentar propostas nesta matéria, pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se não seria mais razoável, mais oportuno e mais sustentado realizar este debate depois de a própria Subcomissão e de a 1.<sup>a</sup> Comissão apresentarem esse mesmo relatório.

Chamamos as pessoas aqui para depois podermos fazer o nosso trabalho e, antes desse trabalho estar concluído, estamos a discutir propostas sobre esta matéria. Não me parece, sinceramente, uma boa opção.

Por outro lado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez uma intervenção exaustiva sobre o projecto de lei do BE. Tem várias questões com as quais não concordamos, mas consideramos que a discussão sobre essas questões concretas deve ser feita depois de termos o levantamento exaustivo, que referi e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também referiu. No entanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que não se deve poupar dinheiro, não se deve olhar a meios para intervir nesta área. Nesse sentido, gostava de saber se também não tem a noção de que não só a Assembleia está a fazer este debate — e fê-lo, em primeiro lugar e desde a primeira hora — mas também o Governo já tem uma série de intervenções apontadas, muitas das quais estão no vosso projecto, pelo que este debate, em termos de inovação e de propostas novas, não vem acrescentar nada.

Pergunto-lhe, portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se não considera que o discurso de não se poupar dinheiro e de não se poupar meios é desadequado face à prioridade política que esta questão tem quer na nossa agenda, no Parlamento, quer na agenda do Governo, muito concretamente em tudo aquilo que já foi representado em matéria de reforço de técnicos, de plano de formação, de intervenção do Ministério da Educação e das próprias forças de segurança e tantas outras medidas que entretanto já foram anunciadas e, muitas delas, calendarizadas.

Parece-nos, assim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, nesta matéria, a serenidade é uma palavra de ordem, a intervenção a cada momento é uma palavra a ter em conta e a responsabilização de todos é também uma aposta e é, seguramente, a do PS.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Só foi pena a Sr.<sup>a</sup> Deputada não ter feito essa pergunta ao partido que agendou o debate! Deve ser uma tentativa para ignorar esse partido!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, para o que dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, muito obrigada pela questão que me colocou. Vou tentar responder-lhe dentro do tempo de que disponho.

Em primeiro lugar, lamento ouvir dizer, por parte do Partido Socialista, nesta Assembleia, que este debate não vem acrescentar nada. Lamento profundamente que, quando esta Assembleia da República decide discutir, politicamente, a questão da promoção dos direitos das crianças e da sua protecção, o Partido Socialista, que é maioritário, venha dizer que este debate não adianta nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — As propostas é que não adiantam!

A **Oradora**: — Adianta sempre, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Mais: adianta muito ser em sede de Plenário que se discutem estas questões.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Mas estão a ser discutidas!

A **Oradora**: — Permite-me que lhe diga que o processo legislativo, que pode ter ou não consequências após este debate, iniciou-se neste preciso momento. A senhora sabe tão bem quanto eu que esse processo não termina aqui e que há muito mais ocasiões para levar em consideração todos os contributos, quer da subcomissão quer de todos os que já foram ouvidos.

A este propósito, permita-me que lhe diga, ainda, que o grosso das entidades já foi ouvido no âmbito da lei de protecção, o que de modo nenhum é impeditivo que este Plenário se pronuncie e aprove, na generalidade — era o que eu gostaria —, as propostas que hoje estão em discussão, porque são contributos para o debate que é necessário aprofundar e que, infelizmente, ainda continuará muito actual no nosso país.

A última questão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que não enumerou todas as medidas que o Governo elencou.

É que as intenções do Governo já eu sei quais são, no entanto, já vamos em um ano de Governo do Partido Socialista e, por exemplo, continuamos à espera da regulamentação das medidas de promoção dos direitos, o que não é admissível.

Sabemos das intenções do Governo, mas permita-me que lhe diga, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que esta Assembleia da República não pode estar paralisada em muitas questões, sempre à espera que o Governo se digne apresentar as suas próprias propostas.

*Applausos do BE.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, é sobre a ordem de trabalhos.

É que, há pouco, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos levantou uma questão, que, aliás, foi discutida na Conferência de Líderes, e é pena que não tivesse suscitado aquando da intervenção inicial do partido que agendou este debate.

Ora, devo dizer que, pela nossa parte, não aceitamos nem qualquer limitação do direito dos partidos no que se refere ao agendamento de iniciativas legislativas, neste caso do PCP, a que, aliás, correspondeu um consenso em sede de Conferência de Líderes e o respectivo agendamento por parte do Sr. Presidente, nem aceitamos que um debate que é muito profícuo, que não tem, contudo, um calendário para terminar e no qual esta questão está a ser abordada, com frutos para a própria discussão na especialidade destes projectos de diploma, seja invocado como forma de impedir que a Assembleia da República debata um assunto tão importante como este que hoje discutimos.

**Vozes do PCP e do BE**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Está registada a interpelação e o ponto de vista do Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A protecção dos mais vulneráveis é mais do que um imperativo de consciência individual, é uma obrigação colectiva e o dever de qualquer Estado.

Como tal, a prevenção e o combate a situações de maus tratos e de abusos de menores é uma responsabilidade social que a todos apela e a todos envolve.

Temos de assumir, também colectivamente, que algo tem corrido mal em Portugal, que os mecanismos legais e funcionais da prevenção têm falhado demasiadas vezes.

Para o CDS-PP, a violência e os abusos infligidos a crianças são, sem dúvida, dos crimes mais hediondos que um ser humano pode praticar.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Para o CDS-PP, os registos, mais ou menos mediáticos, das atrocidades cometidas contra estas crianças, por vezes apenas com dias de vida, são intoleráveis e agravados pelas suas características:

Em primeiro lugar, pelo número de mortes que ocorrem em resultado das brutalidades cometidas. Dificilmente poderemos, sequer, imaginar o sofrimento por que passa uma criança de meses ou poucos anos que é permanentemente espancada, queimada ou sexualmente abusada.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

**A Oradora:** — Não podemos conceber as dores de um ser tão frágil que é deixado moribundo com fracturas múltiplas, hemorragias generalizadas e traumatismos profundos.

De acordo com a UNICEF, de entre 27 países industrializados da OCDE, Portugal ocupa um lamentável primeiro lugar em número de casos de maus tratos a crianças com consequências mortais, ou seja, em cada 100 000 crianças, 4 morrem anualmente em consequência de abusos, brutalidade ou negligéncia.

Considerando que, segundo o INE, existem em Portugal 1,8 milhões de crianças com menos de 15 anos, morrem anualmente, em média, 66 crianças vítimas de maus tratos e negligéncia.

Em segundo lugar, estes actos são cometidos por aqueles que deveriam zelar pelo desenvolvimento, pelo bem-estar, pela dignidade, pela saúde, pela educação, pela alegria, em suma, pela vida das crianças. Estes são a família biológica mais próxima. Ora, o crescimento no seio da família biológica deve ser encarado como um direito da criança e não como um direito dos pais. Como temos vindo a constatar, a ideia de que a família natural é sempre a melhor solução nem sempre está correcta. Nenhum preceito ou paradigma se pode sobrepor ao superior interesse do filho.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não podemos esquecer que é dever do Estado apoiar todas as famílias que, por problemas de pobreza ou exclusão social, tenham dificuldades em levar a cabo com sucesso a sua função parental. Mas também é dever do Estado distinguir entre famílias recuperáveis e famílias não recuperáveis para o exercício das funções parentais. Ou seja, temos de aceitar com lucidez que o poder paternal pode ser limitado ou anulado em função dos comportamentos.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

**A Oradora:** — Em terceiro lugar, estamos perante vítimas especialmente vulneráveis, indefesas e silenciosas, incapazes ou impotentes para se queixarem ou fugirem. O seu mundo, as suas referências são exactamente aqueles que as agredem.

Há, de facto, seres humanos que nasceram do lado errado da vida. Não é uma novidade. Sabemos, desde já, que não há uma solução simples para um problema tão complexo, sabemos que só uma conjugação de várias medidas, perseverança e muito trabalho junto das famílias poderá dar resultados, mas compete-nos não baixar os braços e prevenir as tragédias.

Em Maio de 2005, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou um projecto de deliberação que visava reunir um grupo de trabalho que, com urgência, se debruçasse sobre esta matéria e apresentasse, num muito curto espaço de tempo, um panorama global da situação de maus tratos em Portugal. Esse projecto foi rejeitado com os votos contra das bancadas do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que entenderam que esta matéria não revestia a urgência que nós indicávamos.

Neste momento, decorrem, de facto, audições sobre esta matéria, no âmbito da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e aguarda-se que, até ao fim desta sessão legislativa, esteja concluído o respectivo relatório.

Discute-se se as falhas existentes residem na legislação já existente ou na sua aplicação, se resultam da falta de recursos financeiros e humanos ou da organização dos mesmos.

Apela-se a mais e melhores equipamentos sociais de apoio. É imprescindível um acompanhamento mais eficaz das famílias desestruturadas, com problemas de exclusão social, desemprego, toxicodependência ou alcoolismo.

Mas há um facto sobre o qual todas as entidades e serviços ouvidos estão de acordo: existe uma enorme falta de comunicação entre instituições e esta falta de partilha de informação é a principal responsável pelas tragédias que têm ocorrido, na medida em que não permite uma intervenção atempada e eficaz junto das crianças em risco e suas famílias.

Sabemos que são vários os organismos públicos e privados que lidam diariamente com crianças em risco: a segurança social; as comissões de protecção de crianças e jovens; os hospitais e os centros de saúde; as escolas, as creches, os jardins de infância; as forças de segurança; as IPSS; os tribunais. Quantas

vezes, aquando da elaboração dos relatórios sobre as tragéias que ocorrem, não ouvimos dizer «pois, a criança deu entrada no hospital, mas a informação não saiu desse mesmo hospital», ou «a criança demonstrava sinais de violência quando ia para a escola, estava triste, mostrava hematomas, mas os professores não comunicaram essa informação a quem de direito»? Estas situações não podem continuar a ocorrer.

Todas estas estruturas recolhem informação importante que deve ser partilhada e transmitida de forma criteriosa. Só assim se poderão identificar situações de risco, avaliar a respectiva gravidade, sinalizá-las e intervir de forma preventiva e eficaz.

Impõe-se, pois, a criação urgente de um sistema que garanta às entidades responsáveis o conhecimento em tempo útil, a informação relevante sobre indícios de perigo para a criança.

Nesse sentido, propomos que seja recomendado ao Governo que crie uma base de dados, no estrito cumprimentos dos limites legais sobre dados pessoais, que permita a centralização, o tratamento e a interconexão de informações relativas a crianças ou ao seu meio familiar, informações essas que possam indicar situações de perigo, risco, maus tratos físicos, psicológicos ou negligência.

Neste sistema deverá ficar claro quais os direitos e deveres de cada uma das entidades ou serviços, ou seja, quem deve comunicar, quando deve comunicar, que tipo de informação deve transmitir, bem como quem tem o direito de aceder e utilizar tal informação e quem fiscaliza e controla o regular funcionamento do sistema.

Considerando a matéria em causa, será necessária uma autorização legislativa. O CDS/PP apela, desde já, a todos os grupos parlamentares para que, chegado o momento, haja o consenso que este assunto exige. Basta-nos pensar que, em Portugal, existem 150 000 crianças em risco.

*Applausos do CDS-PP.*

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP). — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP). — Sr. Presidente, hoje, durante a manhã, ouvimos declarações de uma Secretaria de Estado sobre este tema, comentando as várias iniciativas legislativas, dizendo o que se lhe ofereceu a uma rádio nacional.

Interpelo, pois, a Mesa no sentido de saber se terá recebido alguma razão justificativa da ausência do Governo neste debate, seja através da dita Secretaria de Estado,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — O PS ignora!

O **Orador**: — ... que, ao que parece, comenta pela rádios iniciativas legislativas mas não nos dá a honra de vir aqui discuti-las, quer, porventura, por intermédio do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Tendo em conta o importantíssimo assunto que aqui está a ser tratado, confesso-lhe, Sr. Presidente, que esta falta de comparência é perfeitamente inexplicável.

*Applausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Está registada a interpelação e a exposição do ponto de vista do Sr. Deputado. Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Neste debate há três questões que devem ficar bem claras desde o início.

Primeiro, a protecção das crianças e jovens em perigo é uma matéria essencial e prioritária da agenda política nacional e o Partido Socialista esteve, está e estará sempre disponível para o trabalho e empenho permanentes que garantam os direitos das crianças, dos jovens e das famílias em perigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Segundo, exactamente porque esta é uma questão prioritária e urgente, a 1.<sup>a</sup> Comissão, através da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, elegeu a avaliação dos sistemas de acolhimento, de protecção e tutelares de crianças e jovens como o primeiro objectivo do seu trabalho nesta sessão legislativa.

Terceiro, faltam três semanas para a conclusão desta avaliação, no âmbito da qual já foram ouvidas mais de três dezenas de entidades e personalidades. Está definida a apresentação do relatório final desta avaliação para o dia 2 de Maio. E, no final, tal como pretendido e definido por todos os grupos parlamentares, a Assembleia da República e o País disporão de uma base de trabalho para a discussão e definição do

que importa alterar, melhorar e até mesmo inovar.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Posto isto, não entendemos esta discussão, hoje!

Assumimos entre todos a realização de um trabalho, chamámos à Assembleia todas as entidades e agentes envolvidos na problemática em debate porque queríamos o seu contributo e a sua experiência...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — De lamentar é que não tivessem estado de acordo na Conferência de Líderes!

A **Oradora**: — ... para aquilo que seria a base de partida do nosso trabalho e de iniciativas parlamentares e, agora, debatemos, antes da conclusão da avaliação em curso, três iniciativas legislativas.

Legislar casuística e apressadamente, sobretudo numa matéria tão sensível como a que estamos a tratar, não nos parece bem, não nos parece sério.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Já passou um ano!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Uma sociedade que não seja capaz de garantir às suas crianças e aos seus jovens um nível de protecção e segurança adequado e a integração em condições susceptíveis de permitir o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista psíquico, é uma sociedade empobrecida e uma sociedade desumanizada.

*Aplausos do PS.*

Por isso se comprehende, e bem, que a nossa Constituição tenha dado especial relevância a este aspecto,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso é que não se faz nada! «Aos costumes disse nada!»

A **Oradora**: — ... reconhecendo às crianças o direito à protecção da sociedade e do Estado, visando o seu integral desenvolvimento, em especial contra todas as formas de abandono de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e demais instituições.

Para o Partido Socialista, o reforço dos direitos e a promoção da protecção das crianças e jovens em situação de perigo constitui uma questão que ultrapassa o plano da mera querela política.

Mantendo as nossas afirmações relativamente ao *timing* desta discussão, acompanhamos as preocupações contidas nas iniciativas legislativas. O mesmo já não podemos dizer das soluções normativas que preconizam.

Sabemos que há muito por fazer e, sendo esta uma área no âmbito dos direitos humanos, haverá sempre a necessidade de constante avaliação, intervenção e cuidado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A **Oradora**: — Nesta fase, é nossa convicção que o reforço da protecção de crianças e jovens em perigo passa mais pela efectiva aplicação e avaliação da lei vigente, pela sua regulamentação, que está a ser ultimada pelo Governo, do que pela sua constante alteração.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No âmbito das modalidades de intervenção para a promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, o legislador optou, e bem, em nosso entendimento, por atribuir um relevante papel às comissões de protecção de crianças e jovens, cabendo-lhes, designadamente, intervir de forma adequada e suficiente para remover o perigo a que as crianças e jovens se encontram sujeitos.

Apesar de todas as considerações que possam ser feitas em torno do quadro legal vigente e da necessidade da sua modificação, que naturalmente respeitamos, temos consciência que uma lei precisa de um tempo suficiente que ateste das boas práticas a que conduziu e dos resultados que alcançou.

*Aplausos do PS.*

Mas também sabemos que a realidade social e as dinâmicas que nela interagem não se modificam por simples efeito das leis. Hoje mais do que nunca, os trabalhos de investigação presentes no terreno social

afirmam que as desigualdades sociais e as discriminações contra e entre crianças assentam na estrutura social e numa ordem cultural em que a criança detém um espaço exíguo de participação e de audição social, não sendo considerados com dignidade os seus mundos sociais e culturais.

No Programa do Governo, as comissões de protecção de crianças e jovens constam como uma das áreas de preocupação no sentido do seu reforço em recursos humanos e qualificação para melhor intervir.

Nesse sentido, o Governo tem vindo a acompanhar o funcionamento das comissões, procurando responder às necessidades levantadas por cada uma delas e, simultaneamente, procurando reforçar o seu funcionamento psicossocial, elegendo todos os seus técnicos como os cidadãos e cidadãs que, diariamente, alimentam a ideia de que a criança é um bem escasso e, como tal, a necessitar de permanente protecção.

Esta, mais do que alterar a legislação, é a atitude que nos parece ser a mais correcta e adequada ao momento presente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — De sublinhar que, ainda recentemente, o Governo, no estrito cumprimento do seu Programa, anunciou 10 medidas tendentes a criar melhores condições de trabalho na intervenção das comissões e que têm a ver com o seguinte:

Reforço técnico, com a contratação de 128 novos técnicos de apoio às comissões;

Plano de formação dos técnicos das comissões, prevendo-se o seu início para o fim do primeiro trimestre do ano em curso;

Colocação progressiva de professores nas comissões em regime de meio tempo do horário lectivo, através de protocolo com o Ministério da Educação;

Colocação das forças de segurança (PSP e GNR) nas comissões restritas;

Reforço da articulação entre a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens e as comissões de locais, através de reuniões semestrais, a nível distrital, a terem início a 15 de Fevereiro do corrente ano;

Reforço da articulação com os municípios, procurando-se optimizar o funcionamento das comissões;

Constituição de uma base de dados nacional, iniciando-se os procedimentos para a constituição da mesma que permitirá fazer o acompanhamento em rede dos processos de crianças e jovens em risco acompanhados pelas comissões, de forma a proceder a uma avaliação evolutiva e articulada dos casos;

Reforço do atendimento especializado através da Linha Nacional de Emergência Social (144), que passará a ter uma componente especializada para sinalização e participação dos casos de maus tratos a crianças e jovens;

A retoma do Projecto Nascer Cidadão, cujo objectivo central é a articulação e a interacção entre serviços;

Por fim, o reforço da articulação entre as comissões de protecção e os serviços do Ministério Público.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em matéria de crianças e jovens em perigo, a Assembleia da República assumiu a sua urgência e prioridade política ao definir a avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens.

A Assembleia da República colocou-se na linha da frente como promotora dos direitos das crianças e jovens.

O Partido Socialista continua a rever-se na agenda política definida por este Parlamento. Este não é o momento para discutir, de forma avulsa e pouco sustentada, alterações ao actual quadro legal. A serenidade e o rigor devem contrapor-se à pressa e ao mediatismo político.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Os pedidos de esclarecimento estão prejudicados porque a oradora antecedente não terá tempo para responder.

Assim, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Lopes da Costa.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Lopes da Costa (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estão hoje para discussão e apreciação neste Plenário um conjunto de projectos de lei que considero serem da máxima importância. Para a bancada do PSD, são projectos determinantes, na defesa de valores decisivos e inalienáveis na sociedade portuguesa.

Por isso mesmo, nem eu nem a bancada do PSD conseguimos entender como é que não está aqui qualquer responsável governamental, nomeadamente o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Aliás, como o Partido Socialista acabou de referir, esta é uma questão transversal, abrangendo não só o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social mas também o Ministério da Educação, o Ministério da Administração Interna. No entanto, não se encontra um único representante governamental num debate tão importante como o que está a decorrer neste Hemiciclo.

*Aplausos do PSD.*

Como todos sabem, existem, em Portugal, hoje, entre 100 e 120 000 crianças em risco, algo como 4% a 5% do nosso universo de menores. Destas, 40 000 vivem em situação de perigo iminente, sendo que um terço é, todos os anos, vítima de abusos ou de actos de violência. Esta situação é, para todos nós, intolerável, numa sociedade desenvolvida e solidária. Num país da União Europeia, onde, desde há muito, vivemos de acordo com valores civilizacionais totalmente inegociáveis, é ainda muito mais preocupante.

Estamos a falar de números, é certo, mas todos eles têm um rosto. Trata-se de crianças, às vezes, com meses, às vezes, com horas de vida. São crianças dos 0 aos 18 anos, como está, aliás, definido na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, que Portugal ratificou em 1990.

A União Europeia, ainda a 15, tinha já 20 milhões de crianças a viver em patamares abaixo do limiar da pobreza. E não nos podemos esquecer que quem vive em pobreza vive em risco e, obviamente, a um passo do perigo e ainda mais perto do abuso e da vitimação.

A protecção da criança é uma questão nacional que a todos deve preocupar. Por isso mesmo, não entendo o Partido Socialista ao questionar a pertinência desta questão. Estamos aqui, com toda a legitimidade, a debater três projectos de lei. Lamentável é não termos a devida atenção por parte dos nossos responsáveis governamentais.

Portanto, nenhum de nós, e muito menos esta Câmara, está isento de actuar na protecção dos direitos das crianças.

Como todos sabem, os tribunais e o Governo são os principais responsáveis por essa protecção, porque asseguram e fazem cumprir o quadro legal, porque é da acção governativa que resulta a elaboração de políticas de combate a este flagelo. Mas esta é uma questão transversal a toda a sociedade portuguesa, inscrita na nossa matriz civilizacional e não pode, de forma alguma, não ser entendida como um dever de todos os cidadãos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A intervenção neste campo passa, no entendimento da bancada do PSD, pela redução do número de crianças em risco, através, nomeadamente, de medidas políticas de erradicação da pobreza, melhor saúde e educação.

Entendemos ainda que outro aspecto importante passará pelo encurtamento dos prazos de adopção que, neste momento, ainda rondam os três anos e meio.

É verdade que alguns passos importantes foram dados ainda no passado recente, mas o actual Governo não foi capaz, até agora, de traçar uma política eficaz e coerente quanto à protecção dos menores em risco — muitas promessas, mas pouca obra.

Todos os dias, a comunicação social publica relatos de situações dramáticas, fruto da ineficácia das comissões de protecção de jovens e crianças.

Não há uma política efectiva de prevenção. A maioria das comissões de protecção de menores corre o risco de ficar sem funcionários experientes, uma vez que a legislação obriga a que só possam permanecer na instituição três anos seguidos, sendo que grande parte das comissões existentes foram criadas em 2001.

O próprio Estado é incapaz de actuar nas próprias instituições que tutela. A segurança social só age após denúncia. Não existe um acompanhamento sistemático por parte do Estado, que tem sob sua tutela cerca de 217 lares, 84 centros de acolhimento e 18 unidades de emergência. Nestes locais, vivem quase 9000 crianças em situação de risco social. Outras tantas encontram-se internadas em instituições não tuteladas pelo Estado.

A intervenção da segurança social, através dos seus serviços de inspecção, é feita apenas quando ocorre uma denúncia, ou seja, quando a criança já foi maltratada na instituição, depois de o ter sido sistematicamente no seio da própria família.

Há, portanto, um longo caminho a percorrer. É certo que o Governo, pressionado pelos acontecimentos, anunciou algumas medidas que, a serem concretizadas, serão positivas. Mas importa passar do anúncio de medidas à sua concretização.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É da maior importância melhorar a coordenação entre o Ministério Público e as comissões de protecção de menores, entre estas e as escolas e hospitais, de forma a permitir uma actuação cada vez mais preventiva.

Urge a criação de uma base de dados de todas as crianças em risco, onde seja reunida toda a informação a ser partilhada não só pelas comissões de protecção de crianças e jovens e pela segurança social mas também pelos hospitais, centros de saúde e escolas.

A promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo tem entre nós o seu enquadramento legal na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

Um dos aspectos importantes desta Lei foi a criação das comissões de protecção de crianças e jovens, que como sabem, são instituições não judiciárias que funcionam junto dos municípios, os quais lhes devem fornecer instalações e meios materiais de apoio, podendo para o efeito celebrar protocolos de cooperação

com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

Estas comissões são fundamentais para o desenvolvimento de uma verdadeira e eficaz política de protecção das crianças e jovens em risco, sobretudo face à crescente incapacidade das entidades com competência em matéria de infância e juventude e da própria segurança social em darem uma resposta cabal e atempada ao número crescente de situações que requerem respostas sociais urgentes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O Grupo Parlamentar do PSD entende, assim, não poder deixar de louvar todas as iniciativas que conduzam a uma maior eficiência na defesa e promoção dos direitos das crianças.

*Applausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Lopes da Costa, em primeiro lugar, gostaria de saudá-la pela sensibilidade demonstrada na intervenção que acabou de partilhar connosco. Reconheço que as suas preocupações são as nossas e as das outras bancadas que apresentaram iniciativas legislativas sobre esta matéria. Em todo o caso, gostaria de saber qual é a opinião da bancada do PSD e, em particular, da Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à intervenção do Partido Socialista acerca deste tema.

De facto, assistimos à manifestação de preocupações em relação aos maus tratos, considerando-os como uma matéria que nos interpela a todos, uma questão civilizacional e que deve constar do Programa do Governo, mas, depois, não sabemos o que é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe.

**Vozes do CDS-PP:** — Nada!

*Protestos do PS.*

**A Oradora:** — Soubemos apenas, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Gambôa, que o Governo apresentou 10 medidas, uma das quais, aliás, coincide com a proposta do CDS-PP, no sentido da criação de uma base de dados. Ficámos, porém, sem saber, para além da acusação de que não se pode legislar de forma fragmentada e avulsa e com imediatismos, qual é a posição do Partido Socialista, o que é que pretende relativamente a esta matéria, o que é que propõe. Dizem que, daqui a três semanas, o processo vai estar concluído. E, depois, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do PS? Não me digam que não têm uma ideia do que deve ser feito em relação às crianças em risco no nosso país!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Não ouviu, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

**A Oradora:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Gambôa, o Governo anuncia um sistema de dados para um estudo evolutivo dos casos. Sr.<sup>a</sup> Deputada, as crianças em risco não precisam de um estudo evolutivo, precisam é de uma protecção eficaz, de uma prevenção atempada!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — É disso que precisam as nossas crianças! E para isso é preciso um intercâmbio de informações entre as várias entidades e instituições.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada conhece bem este sector e sabe que o grande problema é não haver transmissão de informação entre uns e outros. Não é de estudos evolutivos que precisamos.

*Applausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Lopes da Costa.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Lopes da Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, agradeço-lhe as palavras que me dirigiu e não posso deixar de dizer-lhe o seguinte: francamente, também fiquei apreensiva com a posição tomada nesta Câmara pelo Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ouvi falar em números, ouvi falar em custos, ouvi falar em prazos, mas não ouvi falar em

preocupações nem em crianças.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Pois foi!

A **Oradora**: — Falaram, várias vezes, em custos e falaram ainda dos *timings*, que não eram os ideais, porque as audições mantinham-se.

O que quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada e a todos os Srs. Deputados desta Câmara é o seguinte: o diagnóstico está feito. Infelizmente, temos diariamente casos gritantes, de que todos temos conhecimento através da comunicação social. Portanto, não vale a pena fazermos mais estudos, eles estão feitos, assim como o diagnóstico. O que é preciso é começarmos a actuar.

**Vozes do PSD e da Deputada do CDS-PP Teresa Caeiro**: — Muito bem!

A **Oradora**: — Não precisamos de promessas de 128 técnicos. Nada disso! Precisamos é de actuação.

Penso, pois, que o Partido Socialista não pode perder mais tempo. Já perdemos um ano e todos os dias o número destas situações vai aumentando.

Por isso, neste momento, estou estupefacta: não ouço o Partido Socialista falar em pessoas, só em números!

*Aplausos do PSD e da Deputada do CDS-PP Teresa Caeiro.*

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, é para, através da Mesa, informar a Câmara de que o projecto de lei apresentado pelo CDS-PP é muito idêntico ao apresentado pelo Partido Socialista em duas sessões legislativas anteriores. Portanto, não estamos aqui a falar de qualquer novidade, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Então, vão votar a favor! Está aprovado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A temática da defesa e da protecção dos jovens e das crianças em perigo é certamente uma temática que une todas as bancadas, pelo menos nos seus objectivos e na preocupação.

Para o Partido Ecologista «Os Verdes» não há dúvida que as razões que, em Portugal, levam tantas crianças e jovens a estar em perigo e a sofrer maus tratos prendem-se com os nossos baixos níveis de escolaridade, associados a elevadas taxas de abandono escolar e baixas taxas de sucesso escolar, com o desemprego e a pobreza, com as desigualdades, cada vez mais graves, que conduzem a situações de exclusão social, enfim, com todo um conjunto de situações que leva à desestruturação familiar, causando situações e contextos que conduzem muitas vezes a abusos, a agressões e a maus tratos, que vêm tornar ainda mais negro um quadro que, em geral, já é, social e economicamente, muito negro.

Neste quadro, as comissões de protecção de crianças e jovens em perigo desempenham um papel fundamental, no sentido de travar uma roda de reprodução destas situações, em que, tantas vezes, uma criança maltratada será futuramente um adulto que irá maltratar. É fundamental quebrar esta roda e as comissões desempenham aqui um papel crucial, de que não podem descartar-se.

Por isso, o Partido Ecologista «Os Verdes» saúda os proponentes dos projectos de lei apresentados, não só pela oportunidade de debater em Plenário uma matéria que, tendo esta importância e dignidade, merece e necessita ser aqui discutida, mas também pelas propostas que, em concreto, são avançadas, visando melhorar a actual lei de protecção das crianças e jovens em perigo e dotar as comissões de mais e melhores meios, financeiros, técnicos e humanos, numa perspectiva pluridisciplinar que lhes permita cumprir a nobre e difícil missão de defender os mais elementares direitos e condições de protecção de crianças e jovens, garantindo-lhes a possibilidade de crescerem e de se desenvolverem na sua plenitude para virem a ser um dia adultos e cidadãos equilibrados.

O que estava em causa neste debate, Srs. Deputados, era perceber — e, infelizmente, já percebemos — que, independentemente do trabalho que está a ser levado a cabo pela Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, de avaliação dos sistemas de acolhimento, de protecção e tutelares de crianças e jovens, e independentemente das medidas que o Governo poderá apresentar e avançar, é necessário que ocorra o debate nesta Assembleia, é necessário que haja contributos de outras bancadas parlamentares.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Com certeza!

**O Orador:** — Tanto mais quando o PS, em Conferência de Líderes, como já aqui foi dito, concordou com o agendamento desta matéria. Não se comprehende, por isso, a intervenção que o PS teve neste debate.

**O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP):** — Exactamente!

**Vozes do PS:** — Não é verdade!

**O Orador:** — Em situações óbvias, em relação às quais existe praticamente consenso – como é a falta de técnicos e de um fundo de maneio financeiro minimamente sustentável para as comissões de protecção de menores funcionarem –, e que os projectos de lei que hoje discutimos ajudariam indiscutivelmente a ultrapassar, constatamos que o PS (ou, pelo menos, o Grupo Parlamentar do PS) não está empenhado, em sede da Assembleia da República, em dar o seu contributo mais activo.

Ao chumbarem estes projectos de lei, estão a perder a oportunidade de dar um passo fundamental, que até poderia acolher as propostas adiantadas pelo trabalho da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, o que nos permitiria avançar mais rapidamente com vista à resolução destes problemas. Mas é isso que o PS está a inviabilizar hoje, nesta Assembleia.

*Applausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamentavelmente, o Partido Socialista refugia-se neste debate.

Primeiro, afirmou que o Governo já tomou as medidas necessárias para combater a situação que se vive actualmente nas comissões de protecção de menores. Contudo, Srs. Deputados, em particular os do Partido Socialista, a única coisa que se sabe quanto aos tais 128 técnicos é que eles vão ser contratados por via de *outsourcing* – uma empresa contrata-os e, depois, cede o seu trabalho às comissões de protecção de menores. E sobre esta questão os Srs. Deputados não disseram uma palavra, o que é curioso, porque este modelo de contratação põe em causa a autonomia e a independência destes técnicos e, assim, compromete claramente o seu trabalho.

Segundo, o PS centrou a questão na falta de oportunidade deste debate. Só que os Srs. Deputados do PS não podem esquecer que o projecto de lei do PCP tem uma datam, 24 de Maio de 2005, ou seja, é anterior a qualquer audição realizada na Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades.

O PCP não tem culpa de ter feito este trabalho previamente, nem de ter realizado um conjunto de audições muito significativo com as comissões de protecção de menores, comissões que vieram relatar-nos e sinalizar problemas específicos quanto ao seu funcionamento. Portanto, se os Srs. Deputados do PS estão à espera que a Subcomissão elabore o seu trabalho, não temos nada contra, mas nós fizemos o nosso trabalho!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O projecto de lei do PCP não é extemporâneo, foi pensado e articulado com as comissões de protecção de menores. Não tem cabimento, por isso, falar em falta de oportunidade do debate.

A pergunta que vos faço é esta: concordam, ou não, que uma comissão de protecção de menores que tenha em mãos 700 processos não pode funcionar sem técnicos a tempo inteiro? Consideram que um técnico pode tratar de mais de 100 processos de acompanhamento de menores? Isto é de tal maneira óbvio que «entra pelos olhos adentro», Srs. Deputados!

Pergunto ainda se concordam, ou não, com uma outra questão que é muito problemática para as comissões de protecção de menores, a do consentimento. Não lhes parece que isso é demasiado óbvio para ser tratado já, nesta Assembleia, com este projecto?

Queria que o Partido Socialista clarificasse a sua posição e partisse para a discussão e votação desta iniciativa com um espírito aberto. Admitam que o projecto de lei do PCP trata de problemas urgentes e, depois, a partir das conclusões da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, introduzam outros acrescentos e melhorias no nosso projecto. Estamos dispostos a fazê-lo, mas os Srs. Deputados do PS entraram nesta discussão com um sinal claramente negativo.

Deixo-lhes uma última pergunta, e os portugueses irão avaliar este comportamento do Partido Socialista: no fim das audições da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, qual é o projecto que o Partido Socialista pretende discutir? Se chumbarem todos os projectos de lei que estão em discussão hoje, claramente não vai haver mais nenhum, e esta é uma questão muito importante para que as comissões de protecção de menores funcionem!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Exactamente!

O Orador: — Portanto, exige-se outro comportamento por parte do Partido Socialista, que aprove, na generalidade, estas iniciativas e parta para a discussão na especialidade com um espírito aberto e construtivo. Recolhendo os nossos contributos e os da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, com certeza iremos elaborar uma iniciativa legislativa cada vez melhor.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais oradores inscritos, dou por concluída a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.ºs 90/X (PCP) e 212/X (BE) e do projecto de resolução n.º 104/X (CDS-PP).

Vamos dar início à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.ºs 86/X — Consagra a integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e a carreira dos médicos dentistas (BE) e 195/X — Inclusão dos médicos dentistas na carreira dos técnicos superiores de saúde (CDS-PP).

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Drago.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos que a situação de saúde oral da população portuguesa é preocupante. A OMS tem vindo a referir Portugal como um dos piores países no quadro da União Europeia em termos de acesso a cuidados de saúde e tratamento de saúde oral.

Os sucessivos inquéritos e estatísticas têm mostrado números preocupantes. Cerca de 60% dos cidadãos portugueses não têm acesso a cuidados nem a tratamento no âmbito da saúde oral por razões estritamente económicas. Ou seja, o seu orçamento familiar não lhes permite aceder a tratamento, mais de 70% dos hospitais públicos, em Portugal, não disponibilizam o acesso a médicos dentistas e o mesmo acontece com 90% dos centros de saúde. Aliás, num último inquérito feito pela Ordem dos Médicos Dentistas, ficámos a saber que apenas um centro de saúde, dos 340 existentes, é que disponibiliza aos seus utentes, da sua área de residência, uma urgência o âmbito da medicina dentária.

Portanto, esta é a situação que temos.

Os técnicos que conhecem a situação e têm reflectido sobre estas matérias costumam dizer que a situação da população portuguesa é dramática — o termo é deles, penso mesmo que foi usado pelo próprio Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas — e o acesso ao tratamento no âmbito da saúde oral é geralmente definido como um luxo. Não são apenas os técnicos que o dizem, qualquer pessoa, na rua, poderá dizer o mesmo a um dos Srs. Deputados.

Ora, esta situação de profunda desigualdade social no acesso a cuidados de saúde que são essenciais e esta situação de profunda carência da população portuguesa constituem o resultado da política que tem sido seguida em termos de saúde oral nos últimos 25 anos, no âmbito da estruturação do Serviço Nacional de Saúde. Podemos mesmo dizer que a desigualdade social e a profunda carência da população portuguesa são o resultado de uma política de contratualização com privados e com baixíssimas participações por parte do Serviço Nacional de Saúde, o que mostra o exacto falhanço deste género de orientação política.

É verdade que, quando começou a construir-se o Serviço Nacional de Saúde em Portugal, em 1979, este era um processo de construção difícil, alargado, que pretendia melhorar os níveis de saúde da população em geral, e, portanto, havia falhas. Ora, foi nesse exacto sentido, de colmatar essas falhas, que se admitiu a ideia de uma contratualização com privados para permitir o acesso a alguns cuidados que os serviços de saúde pública não podiam prestar, num momento em que ainda se estava a estruturar o Serviço Nacional de Saúde.

Hoje, estamos perante uma estranha equação: continuamos com uma população manifestamente carenteada no que toca aos cuidados de tratamento e de prevenção no âmbito da saúde oral e, contudo, temos um número alargado e mais do que suficiente de médicos dentistas formados, aliás, com uma formação que pode ser entendida como de referência no quadro da União Europeia, visto que se trata de uma formação alongada, de 6 anos.

Esta Câmara tem de decidir — o Partido Socialista, em particular — e fazer algumas escolhas centrais no que toca a esta situação.

Em primeiro lugar, a Câmara — o Partido Socialista e os demais Srs. Deputados — tem de decidir se a saúde oral é ou não um elemento central da saúde global dos indivíduos e dos cidadãos portugueses e se é, portanto, uma prioridade do Governo do Partido Socialista.

Em segundo lugar, se a resposta à primeira questão for positiva, se considerarem que, com certeza, este é um elemento central na saúde dos portugueses, então há que decidir qual é o caminho político a escolher: integrar a medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde ou continuar uma política que tem sido desastrosa em termos dos níveis e da qualidade de vida dos portugueses, uma política de contratualização com privados, que é dificilmente explicável, porque todas as especialidades que temos tendem a estar integradas no SNS (elas servem mesmo de referência para as práticas que se fazem no privado), além de que sempre entendemos que é o SNS que deve prestar os melhores cuidados de saúde à população portugue-

sa.

Pergunto se o Governo do PS, pelo contrário, talvez interpretando de forma mais aberta as palavras do Sr. Ministro da Saúde proferidas na anterior sexta-feira, entende que todas as especialidades podem ser prestadas aos portugueses com contratualização de privados e, portanto, pura e simplesmente, pretende desarticular e desestruturar a construção que foi o Serviço Nacional de Saúde nos últimos 25 anos.

A escolha do Bloco de Esquerda é muito clara: entendemos que devemos integrar no SNS os médicos dentistas, estruturar uma carreira, fazer essa discussão no âmbito desta Assembleia, criando, provavelmente, um grupo de trabalho que permita articular os Deputados das Comissões de Trabalho e de Saúde, chamando as pessoas que estão a trabalhar nesta matéria.

Sabemos que a estruturação de uma carreira médica é sempre um processo complexo. Estamos dispostos a fazê-lo, é fundamental integrar nos quadros dos estabelecimentos públicos de saúde os médicos dentistas de modo a que, em três anos, possamos verdadeiramente responder às nossas responsabilidades, ou seja, garantir a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de base — não estamos a falar de tratamentos de cosmética mas, sim, de problemas de saúde basílicas —,...

**Vozes do BE:** — Exactamente!

**A Oradora:** — ... e permitir políticas orientadas para os grupos mais carenciados: idosos, toxicodependentes e reclusos. É tão simples quanto isto!

É isto que o Bloco de Esquerda propõe nesta Assembleia, porque só assim conseguiremos ter níveis decentes de saúde oral em Portugal e só assim teremos verdadeiramente uma política democrática de acesso à saúde.

*Applausos do BE.*

O Sr. Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Costa.

**A Sr.<sup>a</sup> Marisa Costa (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, o Partido Socialista considera este debate sobre a saúde oral da maior importância.

Por isso entendemos que esta questão deve enquadrar-se no processo já em curso de reorganização geral das equipas funcionais com intervenção na comunidade, como, aliás, consta do Documento do Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados Primários, de 15 de Julho de 2005, onde se prevê, entre outras medidas: «Incluir no processo de reconfiguração dos centros de saúde, desde o seu início, a organização de equipas funcionais multidisciplinares responsáveis por programas e projectos de intervenção na comunidade (por exemplo, cuidados continuados e paliativos, projectos com forte componente de apoio psíquico-social, saúde escolar, saúde oral, saúde ocupacional (...), entre outros».

Colocamos, assim, à consideração de VV. Ex.<sup>as</sup> se acham conveniente, oportuno e adequado a criação de uma carreira de médicos dentistas no actual contexto de reorganização dos serviços de saúde.

Por outro lado, o Partido Socialista defende e tem sido defensor do Serviço Nacional de Saúde, pelo que o caminho aqui proposto pelo Bloco de Esquerda suscita algumas dúvidas para as quais gostávamos de obter respostas.

Determinou e quantificou o Bloco de Esquerda os custos inerentes à implementação das propostas constantes do projecto de lei que hoje apresenta, designadamente, a integração da medicina dentária em todas as instituições do SNS, a criação da carreira de médico dentista e as comparticipações dos beneficiários do SNS de acordo com a tabela da ADSE?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em caso afirmativo, considera o Bloco de Esquerda que os custos inerentes à implementação destas propostas são comportáveis no orçamento existente para a área da saúde, ou em que áreas sugere o Bloco de Esquerda que se procedam a cortes para viabilizar as propostas que hoje apresenta?

*Applausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Costa, sobre a questão dos custos, deixe-me dar-lhe alguns números que, provavelmente, ajudam a esclarecer um pouco o debate.

A DECO fez um estudo e um inquérito alargado, perguntando aos portugueses quais eram os custos que, em geral, despendiam no acesso a cuidados de saúde oral, nos tais 98% de consultórios privados que existem em Portugal, e consultou essas clínicas privadas, tentando perceber exactamente quanto custa para uma família aceder a cuidados no âmbito da saúde oral.

Deixe-me dizer-lhe alguns valores que, em média, são pagos nos consultórios dentários: um *checkup*

custa entre 42 € e 55 €; uma obturação entre 51 € e 70 €; a extração de um dente entre 44€ e 62 €; uma desvitalização custa 150 €; uma prótese ou uma dentadura entre 483 € e 717 €. São estes os custos para os portugueses.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada acaba de responder à pergunta que coloquei, ou seja, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não vê a saúde oral como um elemento central da saúde global do indivíduo e, portanto, não considera que seja uma prioridade.

Pensa, portanto, que um investimento a longo prazo que possa dotar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) dos recursos humanos que temos, e bem formados, e de equipamentos que venham a ser adquiridos e que possam ser rentabilizados ao longo do tempo deve ser abandonado em favor de uma política de contratação com privados ou, por exemplo, em favor de uma política em que, pura e simplesmente, nenhum tipo de cuidados de saúde oral é prestado aos portugueses? Devo prender isso?

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — Responda a Sr.<sup>a</sup> Deputada à pergunta!

**A Oradora:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que este não é o momento para o que propomos, devendo ser feitos cortes noutros sectores. Deixe-me lembrar-lhe, contudo, que um responsável do Partido Socialista, para mais governante, disse que se hoje em dia a carreira de medicina dentária não está integrada no Serviço Nacional de Saúde se deve ao facto de «haver pressão financeira e de nunca se considerar a saúde oral uma grande prioridade». Disse ainda o mesmo governante, num tom descontraído, segundo a notícia, ter toda a disponibilidade para avançar com os serviços de saúde dentária nos principais hospitais centrais do País. Estas afirmações foram proferidas pelo Ministro Correia de Campos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — Quando?

**A Oradora:** — Em 28 de Novembro de 2005! Pedirei aos serviços que lhe entreguem uma fotocópia, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Como tal, ou o Ministro Correia de Campos diz que isto não é praticável com o que vai ocorrer no âmbito da política de saúde do Governo, ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem uma posição divergente da do Governo. Uma outra possibilidade é que fique tudo na mesma, em «água de bacalhau».

O que é fundamental perceber é se os senhores encaram a saúde oral como uma prioridade ou não,...

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — Já foi dito, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

**A Oradora:** — ... porque o Plano Nacional de Saúde entende-a como tal. Está lá escrito de uma forma consensual, dizendo-se o seguinte: «Serão abertos aos médicos dentistas os quadros dos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde.» É este ponto, que consta da pág. 81 do Plano Nacional de Saúde, que continua por cumprir, e é apenas isto que o Bloco de Esquerda vem hoje propor a esta Assembleia.

O que é fundamental é que o Partido Socialista assuma as suas responsabilidades e diga aos portugueses que, se querem ter saúde oral, continuarão a pagar nas clínicas privadas os preços que enunciei, apesar de as universidades públicas portuguesas formarem médicos dentistas e apesar de o Serviço Nacional de Saúde incluir esta área da medicina nas suas competências.

É um facto que a saúde é cara, mas a apresentação de soluções é da nossa responsabilidade.

Os portugueses contribuem para o Serviço Nacional de Saúde pagando os seus impostos, e pagam do seu bolso aquilo que é um direito seu!

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — E a resposta à pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ao apresentar o projecto de lei em discussão, o CDS-PP teve em atenção três realidades dentro das quais delineou o que propõe. Em primeiro lugar, a preocupante situação da saúde oral em Portugal, que se encontra, como todos sabemos, entre as piores da União Europeia no que respeita ao acesso a este tipo de cuidados de saúde.

Por outro lado, tivemos em atenção instrumentos tão importantes como as recomendações da Organização Mundial da Saúde e a Lei de Bases da Saúde, que determinam o dever do Estado na promoção e garantia do acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, nomeadamente os de saúde oral. Há sensivelmente um ano, em Janeiro de 2005, ainda no decurso do governo de coligação PSD/CDS-PP, foi aprovado e apresentado o Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, que constituiu um passo significativo na abordagem desta questão, tornando-a uma prioridade e revelando a sensibilidade da tutela de então relativamente a esta grave falha.

**Vozes do CDS-PP:** — Bem lembrado!

**A Oradora:** — Por outro lado, tivemos em atenção um estudo levado a cabo pela Ordem dos Médicos Dentistas em Novembro de 2005 — muito recentemente, portanto —, que concluiu que 72% dos hospitais e 93% dos centros de saúde não prestam este serviço aos utentes. Esta ausência é dramática, desde logo pela falta dos cuidados de saúde prestados, sendo, por outro lado, geradora de uma grande injustiça social, por fazer com que as pessoas com menos recursos sejam impedidas de ter este tipo de cuidados.

Mas há mais, visto que se regista uma clara degradação face aos números de há quatro anos atrás. A explicação para esta regressão na prestação pelo SNS de cuidados de saúde oral leva-nos à segunda realidade na qual assenta o nosso projecto, ou seja, o esvaziamento de estomatologistas que se tem vindo a verificar no Serviço Nacional de Saúde. Na sequência do encerramento desta especialidade no curso de medicina, o número de estomatologistas tem vindo, natural e progressivamente, a decrescer nos hospitais e nos centros de saúde, pelo que desde logo lamentamos que a lei não tenha acautelado a sua substituição nos quadros dos serviços de saúde públicos. Na verdade, seis anos após a criação desta licenciatura, os médicos dentistas apenas podem exercer as suas funções como profissionais liberais, já que não existe legislação que os integre no SNS, nem existe um sistema convencional adequado, nos termos do qual prestem cuidados «para» o SNS. De resto, este problema foi detectado e incluído no Plano Nacional de Saúde actualmente em vigor e não alterado nem revogado pelo Governo socialista.

A terceira realidade em que o nosso projecto assenta passa pelo facto de o CDS ser sensível à realidade conjuntural do País e à necessidade de racionalização e contenção da despesa pública, que, a par da reestruturação da Administração Pública, aconselham prudência e parcimónia na criação de novas carreiras autónomas.

**O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP):** — Exactamente!

**A Oradora:** — Foi, pois, atendendo à necessidade urgente de dotar o SNS de médicos dentistas mas também tendo em conta a conjuntura financeira do Estado, que o CDS-PP balizou esta proposta. Assim, o nosso projecto de lei visa a integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde através da inclusão dos médicos dentistas numa carreira já existente, que é a dos técnicos superiores de saúde. Do ponto de vista prático, esta via tem o mesmo valor e os mesmos efeitos que a criação de uma carreira autónoma, com a diferença de que a retribuição e as condições não serão diferenciadas em relação às outras profissões que integram já a carreira de técnico superior de saúde.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Na verdade, a carreira dos técnicos superiores de saúde, consagrada no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, foi criada tendo em conta a especificidade que envolve as profissões originariamente abrangidas, o que evidencia a diferenciação e qualificação profissionais dos seus ramos.

Por outro lado, no caso concreto dos médicos dentistas, quer o elevado grau de especialização, quer as normas da União Europeia, não deixam margem para dúvidas quanto à especialidade deste ramo da saúde. Assim, procedemos a uma definição do conteúdo funcional de forma abrangente e adequada ao seu perfil profissional, que inclui a prática de actos médicos, como é evidente, e de actos técnicos.

Parece-nos evidente a necessidade urgente de, em alternativa ao processo mais oneroso da criação de uma carreira própria, incluir a medicina dentária no âmbito da carreira dos técnicos superiores de saúde, cujo regime legal prevê expressamente a possibilidade de inclusão de outros ramos de actividade para além dos originalmente previstos. Esta solução, como já disse, tem, por um lado, a virtude de assegurar aos utentes o atendimento e tratamento necessários a uma população com uma enorme incidência de pessoas total ou parcialmente desdentadas e, por outro lado, tem a virtude de permitir uma maior flexibilidade, quer à tutela, quer às administrações e direcções dos hospitais e centros de saúde, no preenchimento de lugares, em função da sua disponibilidade financeira, não representando, assim, qualquer ónus. Salientamos este último aspecto porque, sendo o CDS-PP um partido institucional e responsável, tem consciência dos constrangimentos conjunturais que o País enfrenta.

**O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP):** — Exactamente!

**A Oradora:** — Deixamos, em todo o caso, duas notas. Em primeiro lugar, para dizer que esta solução deverá ser transitória até que a conjuntura político-financeira de Portugal permita a criação de uma carreira própria e autónoma. Em segundo lugar, para salientar que a entrada dos médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde, enquanto técnicos superiores de saúde, não pode, para efeitos de organização dos serviços e distribuição de responsabilidades, gerar uma lógica de subalternização em relação a profissionais com carreiras autónomas já criadas.

Qualquer crismação decorrente de questões de hierarquização será profundamente negativa para o regular funcionamento dos referidos serviços e para a prestação dos cuidados de saúde oral. Importa, por-

tanto, zelar para que não existam sobreposições e para que sejam atendidas as diferenças funcionais óbvias, delimitando-se as áreas de intervenção dos médicos dentistas e dos estomatologistas ainda em funções, por um lado, e as áreas de intervenção dos cirurgiões maxilofaciais, por outro. As próteses, a patologia ATM, a endodontia, a periodontologia e o diagnóstico oncológico são, claramente, matérias da competência específica dos médicos dentistas.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Costa.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, se bem percebi, através do projecto de lei que ora se discute, visa o Grupo Parlamentar do CDS-PP promover a integração da medicina dentária no âmbito do Serviço Nacional de Saúde através da inclusão dos médicos dentistas na carreira dos técnicos superiores de saúde. Permitam-me, então, que leia um breve trecho da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, aquando da discussão do projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda na anterior Legislatura, mais concretamente no dia 6 de Fevereiro de 2003, que visava a integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde através da inclusão da classificação dos médicos dentistas como técnicos superiores de saúde. Passo a ler: «(...) todos nós gostaríamos de ter dermatologistas, pneumologistas ou oftalmologistas nos centros de saúde, transformando os centros de saúde em autênticas policlínicas com todas as especialidades ao serviço dos utentes, só que, infelizmente, a situação financeira do Serviço Nacional de Saúde não permite ao Governo a concretização desta realidade...!»

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Pimenta** (PS): — Bem lembrado!

A **Oradora**: — Mais à frente, continua a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, dizendo o seguinte: «Não nos parece (...) que a criação de mais uma carreira técnica superior seja a resposta adequada para esta problemática.

Seria, provavelmente, a mais fácil e a mais populista, mas seria aquela que iria contribuir com mais um agravamento financeiro, um agravamento das despesas do Serviço Nacional de Saúde».

**Vozes do PS**: — Bem lembrado!

A **Oradora**: — A primeira coisa que importa perguntar, desde logo, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, é o que é que mudou, de há três anos para cá, além do agravamento das condições financeiras em que o vosso governo deixou este país.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

A **Oradora**: — Por outro lado, não consideram VV. Ex.<sup>as</sup> incoerente e contraditório propor a introdução de um outro ramo na actual carreira dos técnicos superiores de saúde, engrossando, assim, o sistema de carreiras da Administração Pública, quando sempre defenderam e defendem o emagrecimento do Estado?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, em meio minuto, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Serei sintética, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço a leitura que fez de uma intervenção anterior proferida por uma Deputada dessa bancada. Mas, não perdendo tempo, convido-a a ler também a intervenção que o Partido Socialista produziu na altura.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

**Vozes do PS**: — Nós lemos!

A **Oradora**: — Respondendo muito directamente à sua pergunta, direi que o que mudou desde então foi a saída massiva de estomatologistas, deixando lugares por preencher nos hospitais e nos centros de saúde. Os dados estatísticos existem e a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de os procurar, mas, se não os conseguir encontrar, tenho o maior gosto em lhos fazer chegar. De todo o modo, desde já lhe digo que estes dados confirmam que, como disse há pouco, 72% dos hospitais e 93% dos centros de saúde não proporcionam este tipo de cuidados de saúde, que, aparentemente, o Partido Socialista não considera fundamentais nem prio-

ritários para o cidadão comum.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Terra** (PS): — Ninguém disse isso!

**A Oradora:** — VV. Ex.<sup>as</sup> consideram, com certeza, que quem pode pagar várias centenas de euros para aceder a esses cuidados, fá-lo, recorrendo ao sector privado, onde estes médicos dentistas funcionam como profissionais liberais, e que quem não tem rendimentos para tal, fica sem dentes, que é o que acontece a grande parte da população portuguesa!

*Applausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Terra** (PS): — Isso é demagogia. Nós temos prioridades!

**A Oradora:** — Eu debrucei-me sobre os hipotéticos gastos massivos que a adopção do nosso projecto representaria, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas V. Ex.<sup>a</sup> estaria já a ler o seu pedido de esclarecimento e, como tal, não me ouviu! De qualquer modo, repito que o que nos motivou, ao contrário do que fez o Bloco de Esquerda, a não apresentar um projecto de lei a defender a criação de uma carreira autónoma foi exactamente a preocupação com a conjuntura financeira.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

**A Oradora:** — Como a Sr.<sup>a</sup> Deputada saberá, há uma diferença entre criar uma carreira autónoma na função pública, com os respectivos escalões, e alargar o âmbito de aplicação de uma carreira já existente, que, neste caso, é a dos técnicos superiores de saúde.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Esta discussão é diferente da discussão de há três anos!

**A Oradora:** — Aliás, os senhores sabem perfeitamente que a medida que propomos não pressupõe os encargos massivos de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou.

*Applausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Terra** (PS): — E aumenta ou não o número de funcionários públicos?

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Miranda.

O Sr. **Carlos Andrade Miranda** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O serviço nacional de saúde inglês tem estado a recrutar médicos dentistas portugueses. Entretanto, por cá, o crescimento descontrolado de licenciados em medicina dentária pelas sete faculdades portuguesas provocará, imediata e inevitavelmente, desemprego e acelerará a emigração.

Enquanto isso, Portugal permanece detentor dos piores índices de saúde oral da União Europeia. Tudo isto porque o Estado, em Portugal Continental, não contrata serviços de medicina dentária para os hospitais e centros de saúde. Assim, não se garante o direito à saúde nem se aproveitam os excelentes recursos humanos disponíveis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Consciente de que as doenças orais constituem, pela sua elevada prevalência, um dos principais problemas de saúde da população infantil e juvenil, o XVI Governo Constitucional, por despacho do Sr. Ministro da Saúde de 5 de Janeiro de 2005, aprovou o Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, destinado aos profissionais e estruturas do Serviço Nacional de Saúde. Trata-se, ou tratava-se, do programa de saúde oral mais avançado que alguma vez se gizou neste país, desenvolvendo uma estratégia global de intervenção, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças orais ao longo da vida.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Pimenta** (PS): — Esse programa foi criado pelo PS!

**O Orador:** — Tal como muitas outras coisas de qualidade que se estavam a fazer neste país, designadamente na saúde, também este programa foi negligenciado com a chegada do Partido Socialista ao poder, em Março de 2005.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Compete a esta Assembleia, no exercício da sua actividade fiscalizadora, pugnar para que o Governo actue neste domínio, dando cumprimento urgente ao programa da saúde oral antes delineado.

Observemos, no entanto, as propostas em presença. O Bloco de Esquerda parte de um diagnóstico correcto, mas prescreve uma solução errada. Propõe-nos o Bloco de Esquerda que o Estado inverta a actual situação, mediante a absorção maciça dos médicos dentistas nos quadros do Serviço Nacional de Saúde. Ora, num momento em que o Serviço Nacional de Saúde se encontra no limiar da sua sustentabilidade e no momento histórico em que o Sr. Ministro da Saúde, quase em desespero de causa, já clama pelos copagamentos dos serviços, propor uma medida destas corresponde, na prática, a conformar-se com a perpetuação da inacção.

Mas o Bloco de Esquerda não se limita a exigir o impossível. Avança com outras propostas, essas, sim, de exequibilidade possível. Permitam-me que realce três exemplos. Em primeiro lugar, o que tem a ver com a revisão do regime da comparticipação do Estado no preço dos tratamentos de saúde oral, que é realizável! Outro está relacionado com a dedução fiscal dos custos destes tratamentos. E o último, finalmente, tem a ver com o fomento da participação dos municípios na tarefa nacional de promoção e prevenção da saúde oral.

Efectivamente, neste último caso, perante o incumprimento das administrações regionais de saúde, que não prosseguem com a contratualização dos serviços médico-dentários apesar de disporem de meios financeiros suficientes, alguns municípios portugueses tomaram a seu cargo a promoção da saúde oral nos seus concelhos. Foi o caso exemplar do município de Mangualde que, durante o ano de 2005, celebrou um protocolo com a Associação Portuguesa de Saúde Oral e a Faculdade de Medicina Dentária da Universidade Católica em Viseu, na sequência do qual todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Mangualde foram observados, tendo o custo destas consultas sido suportado pela câmara municipal e não pela administração regional de saúde.

Este exemplo pode multiplicar-se, desde que o Ministério da Saúde faça cumprir as soluções que estão hoje já previstas. Do que não há dúvida, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é que o tempo de o Estado assumir as suas responsabilidades em matéria de saúde oral chegou. Os hospitais e centros de saúde devem promover de imediato a selecção dos parceiros médicos dentistas com quem têm de contratar, tanto na modalidade de contrato de prestação de serviços como na de parceria público-privada, ou mesmo abrindo o acesso dos médicos dentistas às unidades de saúde familiar, algo que me parece que lhes está, por enquanto, vedado.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Ramos Bastos** (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Dispõe, assim, o Estado de um leque muito variado de modelos contratuais ao seu dispor, sem que tenha de transformar os médicos dentistas em funcionários públicos.

*Applausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Pimenta.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Pimenta** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas: O Serviço Nacional de Saúde é parte integrante do património que construímos com a nossa democracia.

Em 32 anos, assegurámos cuidados de saúde a milhões de cidadãos. O Serviço Nacional de Saúde cumpriu, assim, uma exigência imposta pelo povo português.

Os indicadores de saúde, em Portugal, contribuem, hoje, de forma relevante, para que possamos comparar com orgulho a maioria dos índices normalmente usados na avaliação do estádio de desenvolvimento dos povos.

Todos concordarão, nesta Assembleia, que, neste domínio, nada temos a recear no confronto com alguns países ditos desenvolvidos, por exemplo, os EUA e a Inglaterra, onde, na saúde, existem amplas camadas de população sem qualquer tipo de assistência médica.

**Vozes do PS:** — Bem lembrado!

**A Oradora:** — Discutimos, hoje, nesta Câmara, os projectos dos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do CDS-PP. Os subscriptores pretendem que dentro do Serviço Nacional de Saúde se incorpore uma nova classe profissional: a dos médicos dentistas.

Não questionamos a nobreza dos seus objectivos. Todavia, por mais nobres que sejam, se não cuidarmos de analisar os seus efeitos, colocaremos em risco todo o Serviço Nacional de Saúde.

Todos consideramos que a prestação de cuidados em saúde oral deve ser parte integrante da saúde geral dos cidadãos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — No Serviço Nacional de Saúde, particularmente nos hospitais e nos centros de saúde, esta valência tem sido desenvolvida por médicos estomatologistas e higienistas orais, sendo certo — sabemo-lo — que não asseguram uma cobertura adequada face às necessidades da população.

Mas, Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, a decisão em política de saúde tem de nortear-se forçosamente por princípios de obtenção de ganhos em saúde.

Os estudos comprovam que a maioria das doenças orais são evitáveis desde que as necessárias medidas básicas de prevenção sejam disponibilizadas.

O PS assumiu e assume esta estratégia. Assim, o investimento no Programa Nacional de Saúde Oral, a Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde e o programa de saúde oral na deficiência são disso bons exemplos.

Dados da Direcção-Geral de Saúde indicam que, entre 1994 e 1998, se consolidou uma estratégia de prevenção das doenças orais com a integração dos higienistas orais nos centros de saúde.

Em 2000, realizou-se o primeiro estudo Nacional de Prevenção da Cárie Dentária e redefiniu-se a estratégia de intervenção em saúde oral.

É num Governo socialista que se assume, pela primeira vez, o tratamento das crianças e adolescentes.

#### *Applausos do PS.*

Para a concretização de tal objectivo celebrámos, em 1999, através de um sistema de contratualização, um acordo entre a Direcção-Geral de Saúde e a Ordem dos Médicos Dentistas e, em 2000, consolidámos a contratualização para o tratamento das crianças, atribuindo para o efeito um valor de 1,150 milhões de euros para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — Paralelamente ao programa de saúde oral, o Governo socialista apostou na educação para a saúde. Assim, a colaboração activa entre escolas e centros de saúde, com o objectivo de assumirem, de forma complementar, a promoção da saúde oral, deu origem, em 1994, à criação da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde.

Em 2002, o Governo tinha cumprido o seu objectivo, conseguindo a adesão de 3400 escolas apoiadas por 370 centros de saúde.

As boas práticas desenvolvidas pelas escolas que pertenciam à rede levou a Organização Mundial de Saúde a considerá-las prioritárias nas suas estratégias para os próximos anos.

A aposta dos governos socialistas na prevenção foi uma decisão acertada e a evidência científica comprovou-o. Senão, vejamos os dados do estudo sobre a prevalência da cárie dentária em crianças e jovens: de acordo com os dados do último estudo, de 2000, concluiu-se que houve uma redução significativa quando comparada com o início do programa em 1986, principalmente nos grupos etários entre os 6 e os 12 anos. O grupo etário dos 12 anos apresentava um índice CPO (que marca o número de dentes cariados, perdidos e obturados) que estava nos padrões admitidos pela OMS.

Portanto, não estávamos tão mal como isso porque a Organização Mundial de Saúde tem para este grupo etário um índice de 3% e nós tínhamos 2,9% em 2000. É preciso que sejam publicados os dados de 2005 para se verificar se este índice não cumpre os padrões da Organização Mundial de Saúde.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Bem lembrado!

**A Oradora:** — No grupo etário dos 6 anos, 33% das crianças estavam livres de cárie, contra 10% em 1986.

Estes resultados, comparados com os do início do programa, traduzem importantes ganhos em saúde que é preciso sublinhar. Conseguimos, assim, reduzir em 50% a prevalência da doença.

Aqui está a prova da boa escolha que fizemos.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Terra (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — Relativamente ao tratamento das crianças e jovens, iniciativa do Partido Socialista, entre 2000 e 2004 foram tratadas gratuitamente, ou seja, sem qualquer custo para a família, 143 700 crianças entre os 6 e os 16 anos de idade.

Em 2006, num claro sinal de aposta na estratégia iniciada em 2000, compromisso assumido no programa do governo socialista, foi atribuída uma verba de 4 milhões de euros. Portanto, Sr. Deputado Carlos Miranda, não desinvestimos, como disse há pouco, aumentámos a verba. Compare-a com a que o seu partido deu a este programa: aumentámos quase em dobro o *plafond* que tínhamos em 2004.

Portanto, importa referir que a contratualização tem tido uma adesão progressiva dos estomatologistas e dos médicos dentistas. Senão, vejamos os números: em 2000, tínhamos 400 estomatologistas e médicos

dentistas e, em 2004, tínhamos 1136. O que quer dizer que este modelo tem dado os seus frutos.

Assim, os cuidados médico-dentários não satisfeitos pelo Serviço Nacional de Saúde são realizados através de uma parceria responsável entre o público e o privado.

A prevenção é assumida pelos serviços de saúde e no presente — é bom lembrar — temos 115 profissionais de saúde oral nos quadros dos centros de saúde — portanto, fizemos muita coisa — e trabalham 115 higienistas orais nestes equipamentos, que são, na totalidade, 113. Portanto, é importante relembrar que não há aqui um oásis, mas também não há um vazio.

É importante que tenhamos em atenção que a responsável pelos serviços de saúde oral da Direcção-Geral de Saúde afirma que mais importante do que ter médicos dentistas nos centros de saúde é ter higienistas orais.

Verifica-se, assim, que decisões políticas e técnicas estão em consonância, e isso é que é importante.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O CDS e o BE pretendem incluir no Serviço Nacional de Saúde os médicos dentistas. No caso do CDS até é curioso que um partido cuja matriz ideológica privilegia a iniciativa privada, logo, menos Estado, venha agora pedir que os médicos dentistas integrem a carreira superior de saúde. Portanto, Srs. Deputados, haverá com certeza razões que a razão sempre desconheceu...

*Aplausos do PS.*

Esta atitude, para além de curiosa, é demagógica.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de concluir.

**A Oradora:** — Concluo já, Sr. Presidente.

O que é imperioso é que se poupe recursos, que se combata o desperdício para se obter ganhos em eficiência, para se conseguir melhorar os níveis de acesso e qualidade dos cuidados prestados às populações. Só desta forma conseguiremos a viabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

O Partido Socialista cumprirá os seus compromissos eleitorais.

Prosseguiremos nos próximos anos o esforço de investimento em saúde oral das crianças e jovens, por forma a assegurar a cobertura de 100% no prazo previsto, dando cumprimento às metas do Plano Nacional de Saúde.

Os ganhos em saúde obtidos no Plano Nacional de Saúde Oral demonstram que esse é o caminho.

O que importa é que, apesar dos problemas que ainda subsistem na acessibilidade aos cuidados de saúde pelas populações, o relatório da Organização Mundial de Saúde de 2000, que compara os sistemas de saúde de 191 países, classificou Portugal num honroso 12.<sup>º</sup> lugar, o que nos devia fazer estar orgulhosos.

Não subestimemos agora o que de bom construímos na nossa democracia. Saibamos nós dar-lhe sustentabilidade.

O Partido Socialista orgulha-se de uma das maiores conquistas de Abril: o Sistema Nacional de Saúde.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não haverá tempo para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada que acabou de intervir, porque não há tempo para as respostas, mas os Srs. Deputados que ainda dispõem de tempo podem inscrever-se para segundas intervenções.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, reeditamos hoje um debate que fizemos em legislaturas anteriores sobre um tema muito importante, que é o da saúde oral, e que é o exemplo do incumprimento da Constituição em matéria de acesso aos cuidados de saúde.

A Constituição diz que o Serviço Nacional de Saúde, instrumento para a realização do direito à saúde, deve ser universal e geral, isto é, deve abranger todos os cuidados de saúde considerados necessários para uma saúde completa e global. No nosso país, este «geral» foi sempre com dentes à parte, porque os cuidados de saúde oral nunca estiveram abrangidos pelos cuidados prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, e cada vez estão menos, com o desaparecimento progressivo dos estomatologistas e com a não inclusão da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde.

Já sabemos como é que o Governo interpreta a Constituição, tem uma interpretação *sui generis*. Onde se lê «tendencialmente gratuito», o Governo lê «tendencialmente pago», onde se lê «socialização dos custos com medicamentos» o Governo lê «transferência para os utentes de cada vez mais custos com medicamentos» e onde se lê «Serviço Nacional de Saúde geral» o Governo lê «Serviço Nacional de Saúde com cada vez menos respostas».

A questão parece ser apenas abstracta, mas tem aqui um afloramento concreto muito importante: precisamos de ter uma resposta, nos centros de saúde, nos hospitais, de dimensão muito superior à que temos hoje, que permita que as pessoas, os cidadãos, tenham acesso aos cuidados de saúde oral. Se isso é

assim, então só se faz integrando no Serviço Nacional de Saúde, não em massa, como disse o PSD, números significativos de médicos dentistas, abrindo para tal uma carreira de médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde, para que, tal como noutras áreas, haja, nos serviços públicos, resposta para esta tão grande necessidade de cuidados de saúde.

Não vale a pena dizer que isto pode ser resolvido só com convencionados. Não é verdade! Neste momento, a carência é tal que certamente precisamos de recorrer aos convencionados. Mas uma coisa é recorrer aos convencionados abdicando de uma resposta pública, outra — essa, sim, correcta, e cumpridora da Constituição — é manter, perante as necessidades, o recurso à prestação convencionada, mas trabalhar para que haja mais resposta nos serviços públicos, e é isso que os governos não têm feito ao longo dos anos.

Também não vale a pena dizer, como disse a Deputada Fátima Pimenta (ou pareceu-me querer dizer), que isto se resolve apenas com a prevenção. A prevenção é muito importante, mas, depois, há tudo o resto. Porque se assim fosse, bastava fazermos prevenção em todas as especialidades no Serviço Nacional de Saúde, e o resto logo se via. Ora, não é assim; é preciso prevenção — e por isso valorizamos os passos muito importantes que foram dados nesse sentido —, mas também é preciso atacar o grave problema de saúde oral que temos na generalidade da população do nosso país, e isso este Governo não está a dar sinais de fazer.

Este debate apresenta-nos uma realidade muito interessante, e até curiosa, que é a de, nesta matéria, termos até o CDS, embora de uma forma mitigada, a defender a vinculação à função pública destes profissionais de saúde.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Porque é justo!

O **Orador**: — Penso que isto é muito curioso. Mas mais curioso ainda do que esta súbita conversão do CDS aos benefícios da vinculação pública e das carreiras da Administração Pública é a resposta do Partido Socialista.

Percebemos já, durante este debate, por que é que o Partido Socialista não quer médicos dentistas nos serviços de saúde. Não quer que os serviços públicos sejam públicos, como temos vindo a ver pelas declarações e pelas medidas do Governo. O PS não quer os médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde público porque está a planejar que, tal como a medicina dentária, outras especialidades também passem a ser cada vez mais privadas, e isto é que vai de encontro à sua política.

Este é um bom exemplo da desigualdade no acesso aos cuidados de saúde. Quem tem dinheiro pode ter acesso aos cuidados de saúde no nosso país, e com grande qualidade, porque temos bons profissionais e consultórios e clínicas bem equipadas. Mas quem não tem dinheiro não pode, e aí é que está o problema.

É neste exemplo concreto que vemos como é indispensável, para que o direito à saúde seja para todos, que o Serviço Nacional de Saúde tenha resposta. E, neste caso, o Serviço Nacional de Saúde não tem resposta. Qual é a consequência? Quem não tem dinheiro tem mais dificuldade em aceder a estes cuidados de saúde oral e, por isso, é que é tão importante a dignificação e o aumento da resposta do Serviço Nacional de Saúde. Assim, é preciso relembrar, tal como refere a Constituição, que para assegurar o direito à saúde o País tem um instrumento fundamental: o Serviço Nacional de Saúde geral, universal e tendencialmente gratuito. Assim ele se mantenha na Constituição, assim ele se mantenha também na prática governativa, o que não tem acontecido nos últimos tempos.

A verdade é que a integração destes profissionais no Serviço Nacional de Saúde custa dinheiro. Mas muito mais caro custa a falta de saúde oral que as populações do País têm, muito mais caro custa ter um País em que o direito à saúde não é para todos, porque, por não haver resposta pública, temos a discriminação a funcionar e temos um grave problema de saúde oral na generalidade da população do nosso país.

*Applausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação da saúde oral dos portugueses é francamente grave. Como é conhecido, 60% da população portuguesa não tem possibilidades económicas para aceder à saúde oral.

É sabido também que, em geral, não existe medicina dentária nos nossos hospitais e centros de saúde e só 10% dos doentes que perderam a sua dentição é que estão reabilitados com prótese dentária.

Tudo isto conduz a que Portugal tenha dos piores níveis de saúde oral da União Europeia.

Por isso mesmo, o Partido Ecologista «Os Verdes» entende que é fundamental a integração da saúde oral, de uma forma completa e abrangente, no Serviço Nacional de Saúde para prevenir e para tratar, desde logo e antes de mais nada, enquanto cuidados de saúde primários, porque é fundamental que se comece por este campo.

Não me refiro a correcções com mero significado estético, aos quais, a seu tempo, poderíamos chegar, mas, sim, a cuidados de saúde primários, basilares, que deveriam estar garantidos à luz da nossa Constituição.

tuição da República.

Muitas outras doenças poderiam ser despistadas e detectadas a tempo, pois, muitas vezes, os seus primeiros sintomas são reflexo da saúde oral do paciente. Uma dentição em mau estado é causa de múltiplos problemas e mal-estar dos doentes, tais como alimentares e nutricionais, problemas sociais de integração e até do acesso a certas profissões em que a imagem é fundamental.

Para terminar, diremos que não há saúde geral sem haver saúde oral e, nesse sentido, é fundamental a integração de cuidados de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde, não apenas do ponto de vista da prevenção, mas no do tratamento.

Esta é, além do mais, uma questão fundamental de igualdade. Devido aos elevados custos de acesso aos cuidados de saúde oral fora do Serviço Nacional de Saúde, aos médicos privados, há uma questão de igualdade no acesso que só o Serviço Nacional de Saúde poderia garantir em condições.

O Partido Socialista demonstrou, neste debate, que considera que este problema se resolve com o Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral. Sem dúvida que a prevenção é muito importante, nomeadamente em relação às crianças e aos jovens, mas não responde à globalidade dos problemas, nem ao universo das pessoas necessitadas de cuidados de saúde oral, designadamente ao nível do diagnóstico, tratamento e reabilitação.

O Partido Socialista argumentou com a falta de meios financeiros, com o défice na área da saúde e ainda com a insistência de que há outras especialidades que também não estão incluídas no Serviço Nacional de Saúde.

Mas, das duas uma: ou o PS aceita e defende, como disseram, que a conquista do Serviço Nacional de Saúde é uma conquista de Abril e da Constituição da República Portuguesa, e dá passos claros no sentido do alargamento do âmbito do Serviço Nacional de Saúde, e não ao contrário; ou, então, o PS entende que as questões financeiras de curta vista estão em primeiro lugar, e não dá passos claros.

Porque, Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Pimenta, é preciso pensar que esta questão tem custos financeiros não só a curto prazo, mas também a longo prazo. Estamos convencidos de que o investimento, a longo prazo, na área dos cuidados primários de saúde e, de uma forma abrangente, no Serviço Nacional de Saúde para os cuidados de saúde oral pode trazer benefícios económicos para o Governo e também para o País. E é isto que os senhores não querem aceitar, o que é muito preocupante.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, durante este debate foram apresentados alguns argumentos que são particularmente preocupantes, sobretudo por parte do Partido Socialista. Houve até um momento em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Pimenta, do PS, falou e em que poderíamos pensar que estava a brincar: quando apresentou a inclusão da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde como uma potencial «bomba atómica», que vai colocar fim àquilo que é uma experiência meritória de democratização de acesso aos cuidados de saúde, em Portugal, durante os últimos 25 anos,...

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS): — Não foi isso que eu disse!

A Oradora: — ... considerando que a saúde oral vai dar cabo do Sistema.

O problema é que este começa a ser um argumento recorrente por parte do Partido Socialista. Começa a haver, sucessivamente, por parte dos responsáveis ministeriais e por parte dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, o seguinte discurso: «Isto está a chegar ao fim. Vamos ter de espalhar isto. Vamos ter de contratualizar com privados, vamos ter de introduzir privatizações em numerosos serviços».

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS): — Temos de cuidar daquilo que conquistámos!

A Oradora: — Portanto, aquilo que nós conhecímos e pretendímos, e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui disse ser uma conquista do regime democrático, está prestes a acabar!

Vozes do PS: — Eh!...

A Oradora: — O Partido Socialista entende que a saúde oral é fundamental, que começou um conjunto de estudos, protocolos, iniciativas e programas exactamente porque acha que isso é fundamental, contudo a realidade teima em não satisfazer a vontade do Partido Socialista, porque 60% dos portugueses continuam a não ter acesso ao tratamento de cuidados dentários, um em cada cinco portugueses já perdeu mais de 10 dentes. Esta é a realidade!

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS): — Por isso é que estamos em 12.º lugar na Organização Mundial de Saúde!

**A Oradora:** — Ou seja, aquilo que temos actualmente parece não estar a resultar.

O nosso projecto de lei propõe exactamente a mesma filosofia da conquista do regime democrático, ou seja, o Estado fazer um investimento a longo prazo, que isso seja feito ao longo de três anos, por forma a integrar os recursos humanos existentes, e que seja adquirido equipamento, com vista a rentabilizar a longo prazo, na saúde dos portugueses, esse mesmo investimento.

O que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não explicou e não disse é quanto é que custa fazer contratos com as clínicas privadas que hoje temos com um tipo de tratamento e um acesso que sejam universais.

**A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS):** — Mas posso explicar!

**A Oradora:** — Essas contas a senhora não faz! E aquilo que lhe posso dizer é que vai sair mais caro. Essa lógica de «espartilhar» o Serviço Nacional de Saúde e de fazer contratualizações privadas, isso sim, é que vai ser a «bomba atómica» no Serviço Nacional de Saúde...

**A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS):** — Não vai!

**A Oradora:** — ... e naquilo que é uma conquista e uma democratização de acesso dos portugueses aos cuidados de saúde. E é uma pena que seja o Partido Socialista a fazê-lo.

*Applausos do BE.*

**A Sr.<sup>a</sup> Fátima Pimenta (PS):** — Vai ver que não vai ser assim!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminámos o debate dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 86/X e 195/X, concluindo, assim, a nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária realizar-se-á amanhã, quinta-feira, dia 23, às 15 horas, com um período de antes da ordem do dia e um período da ordem do dia, do qual constará a discussão da proposta de lei n.<sup>º</sup> 51/X e dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 105/X, 208/X, 209/X e 106/X, a que se seguirá um período regimental de votações.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 40 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS):

Glória Maria da Silva Araújo  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Manuel de Matos Correia

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Socialista (PS):

António Ramos Preto  
João Barroso Soares  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
Luís Garcia Braga da Cruz  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva  
António Joaquim Almeida Henriques  
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
António José Ceia da Silva  
Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
Domingos Duarte Lima  
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa  
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
Mário Henrique de Almeida Santos David  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL